



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CAROLINA LARA LOBO DOS REIS**

**A Dimensão Educativa do Exercício Profissional de Assistentes Sociais e o  
Trabalho com Famílias na Política de Assistência Social**

**MARIANA-MG**

**2024**

CAROLINA LARA LOBO DOS REIS

**A dimensão educativa do exercício profissional de Assistentes Sociais  
e o trabalho com famílias na política de assistência social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.  
Área de concentração: Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Claudio H. M. Horst.  
Universidade Federal de Ouro Preto

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R375d Reis, Carolina Lara Lobo Dos.  
A Dimensão Educativa do Exercício Profissional de Assistentes Sociais  
e o Trabalho com Famílias na Política de Assistência. [manuscrito] /  
Carolina Lara Lobo Dos Reis. - 2024.  
68 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Análise de interação na educação. 2. Assistência social. 3. Famílias  
- Pesquisa. I. Horst, Cláudio Henrique Miranda. II. Universidade Federal de  
Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.3

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CBICSA/UFOP



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Carolina Lara Lobo dos Reis**

### **A Dimensão Educativa do Exercício Profissional de Assistentes Sociais e o Trabalho com Famílias na Política de Assistência Social**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 05 de fevereiro de 2024

#### Membros da banca

Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto  
Renan Mapa de Alcântara - Prefeitura Municipal de São João Del-Rei

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0669841** e o código CRC **E23028A3**.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade, a força e as condições que Ele proveu durante essa jornada, sei que não seria possível estar aqui se não tivesse Ele comigo.

Em segundo lugar eu agradeço aos meus pais, Vinícius e Daniela, que são os responsáveis por formarem a pessoa que eu sou hoje, e são os maiores incentivadores dos meus estudos, agradeço pela confiança e pelo suporte que me deram durante esses anos, e por sempre expressarem a compreensão de que essa graduação não é o fim mas sim o começo.

Ao meu irmão, Miguel, e a Rebeca agradeço por tornarem meus dias mais leves e servirem como incentivo para que eu esteja sempre evoluindo, espero que eu consiga incentivá-los em suas jornadas acadêmicas e na própria vida.

Agradeço também as amigas que fiz durante essa caminhada, mas em específico Marília, Alice e Karen, que foram muito importantes para o meu desenvolvimento enquanto pessoa e para aguentar os altos e baixos que a faculdade nos proporciona, obrigada por estarem sempre presentes e por comemorar as minhas conquistas como se fossem de vocês.

Outrossim, agradeço aos meus professores que fizeram parte da minha formação. Em destaque, agradeço ao Prof. Dr. Claudio pela orientação, paciência e apoio durante o desenvolvimento do TCC e de várias outras matérias que foram de suma importância para a construção da perspectiva que carrego hoje e por ser uma inspiração como acadêmico e profissional.

Por fim, gostaria de agradecer à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Adriana e ao assistente social Renan que aceitaram fazer parte da minha banca. Ao Renan agradeço também pelo tempo em que foi meu supervisor de estágio e me possibilitou ter contato com o cotidiano de um assistente social, obrigada por ter compromisso com a minha formação e em decorrência da observação da atuação profissional fez despertar a curiosidade e o interesse pelo tema da dimensão educativa do Serviço Social.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema central a dimensão educativa no trabalho de assistentes sociais com famílias no SUAS. Como objetivo geral delimitou-se: “Identificar a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais com famílias, na produção científica, a fim de construir estratégias de enfrentamento ao familismo”. Como objetivos específicos: 1) Refletir sobre as dimensões constitutivas do trabalho de assistentes sociais a fim de delimitar a dimensão educativa/pedagógica; 2) Ponderar sobre o trabalho profissional de assistentes sociais com famílias no SUAS a fim de identificar seus limites e possibilidades; 3) Analisar os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022 a fim de identificar como a dimensão educativa/pedagógica é apresentada. Quanto ao procedimento metodológico trata-se de pesquisa bibliográfica, com base nos artigos dos anais do CBAS de 2022, de ênfase qualitativa, ancorada no materialismo histórico dialético. Como principais conclusões destaca-se que a dimensão educativa é percebida como a capacidade das assistentes sociais em transmitir informações e estimular reflexões junto aos usuários. Essa dimensão deve ser acionada conscientemente, alinhada ao Projeto Ético Político (PEP) e às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A análise de artigos do CBAS de 2022 ressalta a importância dessa dimensão para a qualidade das ações, particularmente, no combate ao familismo. Sinalizam a unidade da dimensão educativa com as outras dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Quanto aos limites e possibilidades no SUAS e no trabalho com famílias, são apresentadas condições subjetivas e objetivas, dilemas nas relações com a equipe e orientações teóricas. No entanto, as possibilidades demonstram as diversas frentes de trabalho junto aos usuários, promovendo ações socioeducativas voltadas para o compromisso com a emancipação política e no enfrentamento ao familismo.

**Palavras-chave:** dimensão educativa; familismo; trabalho com famílias.

## **ABSTRACT**

The present undergraduate thesis focuses on the educational dimension in the work of social workers with families in the SUAS (Unified System of Social Assistance). The general objective is defined as follows: "Identify the pedagogical dimension of the work of social workers with families in scientific production in order to construct strategies to address familism." The specific objectives are: 1) Reflect on the constitutive dimensions of the work of social workers to delimit the educational/pedagogical dimension; 2) Consider the professional work of social workers with families in the SUAS to identify its limits and possibilities; 3) Analyze the proceedings of the Brazilian Congress of Social Workers in 2022 to identify how the educational/pedagogical dimension is presented. Regarding the methodological procedure, it is a bibliographic research based on the articles from the proceedings of the CBAS in 2022, with a qualitative emphasis and anchored in dialectical historical materialism. The main conclusions highlight that the educational dimension is perceived as the ability of social workers to convey information and stimulate reflections among users. This dimension should be consciously activated, aligned with the Ethical-Political Project (PEP) and the theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operative dimensions. The analysis of articles from the CBAS in 2022 emphasizes the importance of this dimension for the quality of actions, particularly in combating familism. It signals the unity of the educational dimension with the other theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operative dimensions. Regarding limits and possibilities in the SUAS and work with families, subjective and objective conditions, dilemmas in team relationships, and theoretical guidelines are presented. However, the possibilities demonstrate the various fronts of work with users, promoting socio-educational actions aimed at a commitment to political emancipation and confronting familism.

**Keywords:** educational dimension; familism; work with families.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de famílias - Brasil - 3º trimestre de 2022 .....	11
Gráfico 1 - Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de famílias Brasil - 3º trimestre de 2022 .....	12
Quadro 2 - Artigos encontrados nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022 .....	17
Figura 1 - Linha do tempo da assistência social .....	35
Tabela 1 - Natureza do principal vínculo .....	38
Gráfico 2 - Distribuição de membros familiares por sexo .....	42



## **LISTA DE SIGLAS**

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

PAIF – Proteção e Atendimento Integrado à Família

PEP – Projeto Ético Político

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UAI – Unidades de Acolhimento Institucional

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS.....</b>	<b>19</b>
1.1. Aproximações às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa....	21
1.2. As atribuições privativas e competências profissionais.....	26
1.3. Aprofundando a dimensão pedagógica/educativa do Serviço Social.....	28
<b>CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>35</b>
2.1 O Sistema Único de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e a Lei Orgânica de Assistência Social.....	35
2.2 A Matricialidade Sociofamiliar da Política de Assistência Social no Brasil.....	40
2.3 O Trabalho com Famílias Mediado pelo Projeto Ético-Político.....	45
<b>CAPÍTULO 3 - A DIMENSÃO PEDAGÓGICA/EDUCATIVA NOS ANAIS DO CBAS.....</b>	<b>50</b>
3.1 Aproximações gerais aos artigos.....	51
3.2 A importância da dimensão pedagógica/educativa no trabalho profissional: a síntese dos dados...	58
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>62</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema central a dimensão pedagógica/educativa no trabalho de assistentes sociais com famílias e o enfrentamento ao familismo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Nesse sentido, partiremos da seguinte compreensão do familismo:

O familismo como um mecanismo de dominação ideológica se reproduz como estratégia para responsabilizar os indivíduos e suas famílias pelo caos instalado pela sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a) mascaram os determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; b) desloca as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito “particular”; c) centraliza as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos, já que se trata de um problema da “minha família” e não da sociabilidade burguesa (Horst; Miotto, 2021, p. 37).

O tema surgiu como interesse durante a observação da atuação profissional no estágio supervisionado realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Mariana-MG, onde destacou-se o uso da dimensão pedagógica da profissão pelo serviço social, que não se deteve a ações robotizadas, mas sim, construía uma abordagem que fosse capaz de contribuir para que o/a usuário/a entendesse sua situação enquanto parte de uma totalidade social. O que ocasiona um interesse e curiosidade sobre o instrumental utilizado pelos profissionais para auxiliar na fomentação de pensamento crítico, principalmente a apropriação da *dimensão pedagógica* no cotidiano profissional marcado pela sobrecarga e precarização do trabalho.

Através de uma busca na biblioteca de Trabalhos de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Ouro Preto, do curso de Serviço Social, onde foi pesquisado a partir das palavras-chave “dimensão pedagógica” e “dimensão educativa” identificamos a falta de TCC 's relacionados a esse tema mostrando que é preciso explorar mais e nos apropriarmos dessa discussão dentro do ambiente acadêmico e profissional. Foi possível encontrar apenas um material, na área do serviço Social: A dimensão pedagógica no trabalho de assistentes sociais : prática profissional e tendências pedagógicas” de Igor Araújo Barreiros Costa. Com isso, foi gerado o interesse nas duas temáticas, pensando em articulá-las para destrinchar um pouco de como elas se relacionam e têm influência no exercício profissional.

É importante apontarmos brevemente (uma vez que será desenvolvida com mais profundidade ao longo do trabalho) do que se trata a dimensão pedagógica no Serviço Social.

A dimensão pedagógica faz parte das dimensões, que ancoradas nas competências e atribuições privativas da Assistente Social<sup>1</sup> é entendido como numa dimensão:

pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos(as) diversos(as) atores(atriz) e sujeitos da política: os(as) gestores(as) públicos(as), dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores(as), conselheiros(as) e usuários(as) (Conselho Federal de Serviço Social, 2009, p.19).

Ademais, sabemos que a família é colocada como objeto central da política de Assistência Social, e que a atuação profissional não se limita no âmbito do indivíduo, nem no âmbito da família, mas sempre partindo do pressuposto da totalidade social expressa no território, na relação com a proteção social e políticas sociais que as famílias acessam ou não. Ainda que a estrutura da política se volte para o fortalecimento de vínculos.

Outrossim, o sistema capitalista utiliza dessa centralidade da família para fomentar o familismo. Já a categoria profissional de assistentes sociais procura, através desse trabalho, entender e identificar como a profissão em sua dimensão pedagógica contribui com os interesses do capital ou como ela tem sido/pode ser usada enquanto instrumento, dentro da política de assistência social, para fomentar a reflexão e dirimir o processo de alienação no tocante a categoria família e suas responsabilidades na proteção social.

Por tanto é imprescindível que seja estudado e estabelecido quais os rebatimentos da atuação profissional no processo de alienação do usuário das políticas de assistência, visando que as profissionais sejam capazes de ressignificar o ideal de família e trabalhar com o intuito de fomentar e apoiar a sociedade, objetivando:

I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de

---

<sup>1</sup> Uma vez que a profissão é composta majoritariamente por mulheres, durante o desenvolvimento do TCC será feita a referência das profissionais sempre no feminino. Pois “trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina [...]” (Iamamoto, 1998, p.64). Conforme demonstra a pesquisa realizada pelo conjunto CFESS-CRESS, a profissão é composta por 92% de mulheres. Sendo 49% negras, 47% brancas e 3% indígenas. Fonte: <https://mulheresassistentessociais.com.br/perfil-da-categoria/>

classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Conselho Federal de Serviço Social, 1993, p.23).

Além de buscar superar a noção de culpabilização familiar, reconhecendo a diversidade presente nas famílias brasileiras, busca-se promover discussões que capacitem as profissionais de Serviço Social a facilitar o acesso das famílias às políticas públicas, rompendo com critérios conservadores e estabelecendo requisitos mais inclusivos para a efetivação dessas políticas.

Na sociedade contemporânea, a família desempenha um papel fundamental como primeira forma de socialização, no entanto, essa instituição enfrenta pressões tanto sociais quanto governamentais em relação às atitudes individuais e à própria socialização. É importante ressaltar que o modelo único de composição familiar ideal, imposto pelo Estado, uma família patriacal, heterossexual e monogâmica - também defendida e difundida pela grande mídia no contexto brasileiro, representa uma minoria e não reflete a realidade das formas familiares que contemplam a maior parte do contingente populacional brasileiro.

Em 2005, na região sudeste, a quantidade de famílias chefiadas por mulheres, sem a presença de um cônjuge, era de 18,3%. Já em 2015, a porcentagem de famílias monoparentais chefiadas por mulheres era de 40,4% segundo dados do IPEA<sup>2</sup>. Que também demonstrou que 17,6% desses arranjos familiares eram de mulheres negras. Já em 2022 a realidade das famílias monoparentais chefiadas por mulheres era de 14,7% e os arranjos familiares com filhos são de 34,2% de chefia femininas, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1

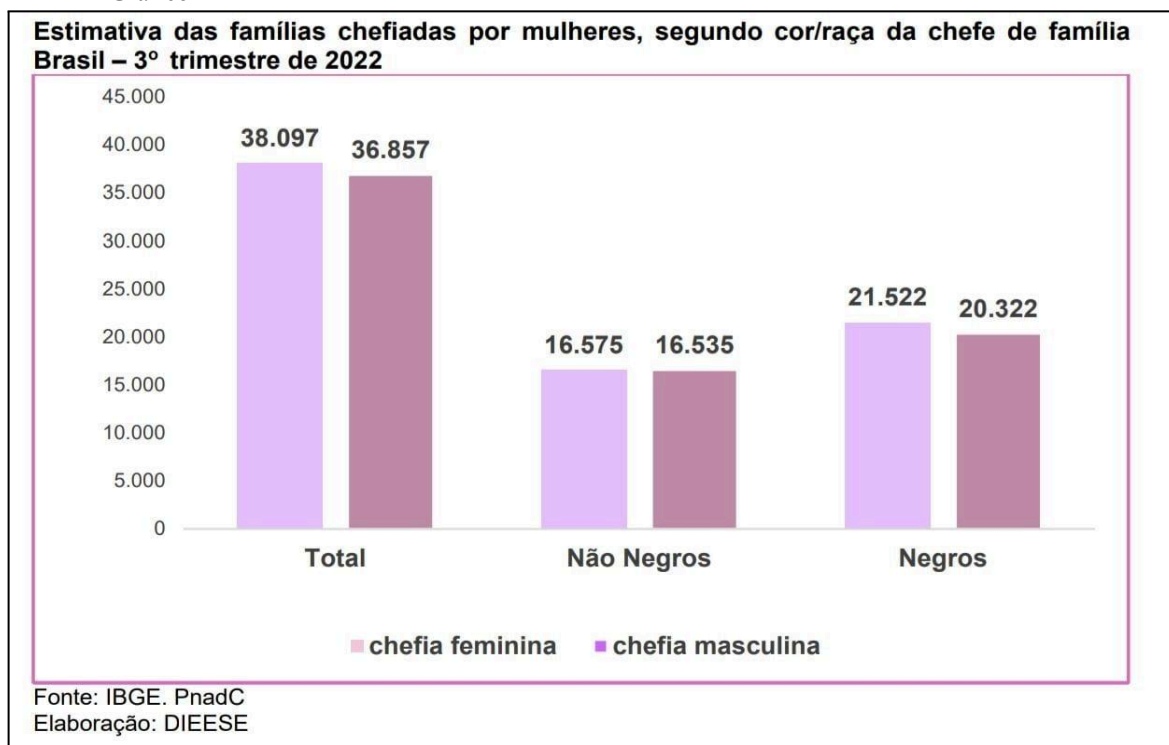
Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família – Brasil - 3º trimestre 2019 e 3º trimestre 2022									
Período	Sexo do Chefe da Família	Tipo de Arranjo Familiar							Total
		Casal com Filhos	Casal sem Filhos	Mulher com Filhos	Homem com Filhos	Unipessoal Feminino	Unipessoal Masculino	Outros	
3T2019	Masculino	53,0%	23,1%	-	4,3%	-	15,0%	4,6%	100,0%
	Feminino	33,1%	12,8%	32,2%	-	15,0%	-	6,8%	100,0%
	<b>Total</b>	43,8%	18,3%	14,9%	2,3%	7,0%	8,1%	5,6%	100,0%
3T2022	Masculino	46,4%	23,7%	-	4,7%	-	18,6%	6,7%	100,0%
	Feminino	34,2%	14,6%	29,0%	-	14,6%	-	7,6%	100,0%
	<b>Total</b>	40,2%	19,0%	14,7%	2,3%	7,4%	9,1%	7,1%	100,0%

Fonte: IBGE.PnadC

<sup>2</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ademais, a porcentagem referente às famílias que são chefiadas por mulheres negras é de 56,5%. Pode-se observar no gráfico a seguir que 50,8% das famílias são chefiadas por mulheres, o que corresponde a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias chefiadas por homens representam 36,9 milhões.

Gráfico 1



Os conceitos disseminados sobre os arranjos familiares que não correspondem com a realidade têm implicações diretas na visão social sobre as famílias que não se enquadram nessa imposição de formatação familiar. Isso tem consequências, sejam estas negativas ou não, na forma com que as políticas públicas e os direitos são construídos, acessados e disponibilizados, prejudicando a viabilização ao acesso daqueles que realmente necessitam, acesso esse que deveria ser para todos a quem dela precisar.

Destarte, o serviço social, está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, se caracterizando como trabalho assalariado, onde precisa lidar com a polarização das forças políticas que existem na sociedade, assim lidando diariamente com os interesses do capital e das famílias usuárias da assistência social. Contudo, nós podemos nos vincular ao compromisso com usuários e suas famílias, ou seja, nos vincular aos interesses da classe trabalhadora. Esse entendimento da profissão, “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária” (Iamamoto, 1992, p.88).

Para tanto, podemos utilizar instrumentos para fomentar a reflexão e viabilizar o acesso aos direitos, além de contribuir com a construção de consciência crítica e novos valores. Mesmo diante da condição de trabalhadores assalariados que dependem da venda da sua mão de obra para conseguir sobreviver.

[...] este vínculo de assalariamento, ao mesmo tempo que é resultante das funções sociais atribuídas ao profissional, interdita suas ações às funções para as quais sua força de trabalho foi adquirida. Ao não se perceber como trabalhador assalariado, desprovido dos meios de produção, o assistente social pode acreditar na sua autonomia, que somente se explicita no plano jurídico-formal (Guerra, 1995, p.156).

Portanto, ao partirmos desse pressuposto, da profunda contradição entre assalariamento e defesa do projeto ético-político:

[...] é preciso considerar no estudo da dimensão pedagógica do Serviço Social o caráter contraditório e parcial do trabalho no capitalismo, que, permite em certa medida a elaboração e implementação de estratégias de resistência e conscientização crítica se essa for a órbita de trabalho desejado. Mas, há de se considerar para tal as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos envolvidos e as particularidades do processo social geral ao qual estão inseridos. A pretensão a essa altura é nós atentarmos que enquanto intelectual, ainda que, em condição subordinada de trabalhador assalariado, assistentes sociais “dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais” (Iamamoto. 2004. p 102). Condição que possibilita a crítica do Serviço Social em um permanente processo de renovação e conservadorismo, onde se faz a disputa por hegemonia e direcionamento político-social da profissão cotidianamente, inserida no contexto de tensões da luta de classes (Costa, 2021, p.45).

Contudo, a profissão dispõe de leis, documentos, notas, entre outros, que orientam a/o assistente social, e contribuem para o alargamento da autonomia relativa.. Uma das estratégias que se pode utilizar é a dimensão pedagógica da profissão, onde se tem a capacidade de desenvolver com o usuário o pensamento crítico que se desvincule dos ideais normativos capitalistas, das próprias políticas sociais.

A dimensão pedagógica da profissão é um instrumental o qual a profissional tem o controle, já que, em seus momentos de atendimento o que vai ser feito não pode ser supervisionado, se não pela competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do próprio profissional. Essa dimensão envolve um processo educativo que objetiva fomentar o pensamento crítico junto aos usuários. Sendo assim, existe uma oportunidade de realizar um atendimento que vai fomentar no usuário o pensamento crítico, o questionamento das condições de produção e reprodução da vida e a não conformação de imposições, como por exemplo, a imposição da formatação familiar ou da culpabilização das famílias diante das suas condições.

Durante o levantamento das bibliografias, através de pesquisas sobre o tema em artigos pelo google acadêmico e uma busca na biblioteca de TCC da UFOP do curso de

Serviço Social, foi identificado o baixo número de publicações sobre a temática proposta. Contudo, a partir do acúmulo teórico e pesquisas realizadas pela profissão nos últimos 50 anos, podemos dizer que o Serviço Social tem em si uma dimensão pedagógica, desde o início da profissão. Afinal, durante o período do Serviço Social tradicional, a dimensão pedagógica reforçava a demanda em ensinar a classe trabalhadora como deve se portar e cuidar dos seus próprios membros, sem questionar os interesses do capital.

Entretanto, conforme a profissão se renova e faz um movimento de rompimento com os ideais capitalistas e passa a se vincular aos interesses da classe trabalhadora, essa dimensão passa a ser utilizada como um meio de conscientizar a classe trabalhadora e instigar a crítica ao sistema vivenciado e as dinâmicas de exploração e opressão vivenciada pela classe trabalhadora, questionando inclusive as formas de famílias impostas por esse sistema.

Poderíamos então perguntar como está sendo utilizado este instrumento e quais as possibilidades que ele abre, uma vez que, esse não pode ser “tomado” da profissional. Segundo Costa (2021, p.42):

O exercício de funções pedagógicas caracteriza o agente “educador(a)” como aquele capaz de usar de instrumentos, meios e métodos, para a produção da “aprendizagem” por um “papel dirigente, técnico e político”. O que não significa que tal processo não possa ser dialético, crítico e democrático. E, esse é o esforço deste trabalho: indicar posturas pedagógicas críticas que possam embasar o trabalho do/da assistente social de forma que favoreçam aos seus usuários momentos de reflexão crítica que potencializam processos individuais e coletivos de apreensão da realidade - de politização/conscientização - com evidentes desdobramentos sócio-culturais protagonizados por esses indivíduos.

Faz-se importante dizer que a dimensão pedagógica exige construção de estratégias para enfrentar as condições de trabalho, já que não se deve deixar que o caráter educativo da profissão seja subjugado pelas contingências das condições laborais, principalmente quando estabelecemos que a profissão é regida por um conjunto de legislações e regulamentos que orientam a profissional a qual classe os compromissos éticos e políticos devem estar vinculados.

A capacidade de discernir entre aqueles que geram e demandam o vínculo empregatício da assistente social e aqueles cujo interesse é aliado ao código de ética profissional, é de extrema importância para que a atuação profissional se dê de forma a retificar os princípios que regem a profissão, desde o Código de Ética de 1993. Dessa forma, é possível a construção de estratégias para que as pressões do ambiente de trabalho não prejudiquem a abordagem pedagógica.



Destarte, não se pode deixar de aproximar da discussão sobre a implicação das expressões da “questão social”<sup>3</sup> na atuação profissional, uma vez que, essas expressões, segundo Iamamoto (1998), exigem que a abordagem da profissional seja crítica e contextualizada para poder não só compreendê-las, mas também, guiar a atuação profissional e o viés pelo qual a profissional se orienta, dado que essa orientação vai influenciar na direção do planejamento e do fazer profissional.

Outrossim, para dar conta desse tema é preciso, se aproximar da temática de família e do familismo nas políticas sociais do Brasil. Dentro das políticas sociais do Estado brasileiro, a família exerce ponto central.

Nos Estados de caráter familista existe uma explícita parceria entre Estado e família, e o quantum de proteção assumido por cada um é que caracteriza maior ou menor grau de familismo. O oposto – desfamiliarização – segundo o autor, ocorre quando os regimes de bem-estar abrandam a responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado. Portanto, a desfamiliarização pressupõe a diminuição dos encargos familiares e a independência da família especialmente em relação ao parentesco, através de políticas familiares/sociais (Miotto, 2009) (Miotto, et. al, 2018, p.4).

Sabemos que a maior parte da atuação profissional de assistentes sociais se dá no âmbito das políticas sociais, e que são nesses espaços que vemos um movimento de culpabilizar as famílias pela situação de violação de direitos e/ou violência e de responsabilizá-la pela proteção de seus membros.

Essa discussão abriu o leque para o acesso a inúmeras outras contribuições que demonstravam a presença intensa da família na configuração dos padrões de proteção social, bem como as formas de incorporação da família na política social, tanto nos países de capitalismo central como dependentes. [...] Nesse movimento acentua-se a diluição da responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar, denominado por De Martino (2001) de “neo-liberalismo familista” (Moraes, et al., 2020, p.805).

Mas, é também nesses espaços que a profissão tem a oportunidade de planejar sua intervenção acionando a dimensão educativa com os usuários e suas famílias.

Sendo assim, diante da problematização teórica, chegamos à seguinte pergunta de pesquisa: Qual a importância da dimensão pedagógica da profissão no entendimento de família e da sua responsabilidade com os usuários da política de Assistência social.

O estudo proposto limita-se a apresentar a dimensão pedagógica da profissão de assistentes sociais como uma ferramenta da atuação profissional, e como o uso desse

---

<sup>3</sup> “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (Iamamoto, CARVALHO, 2006, p. 77).

instrumento profissional pode implicar, durante os atendimentos, no compromisso com os princípios e as diretrizes do PEP da profissão. Que resulta também no combate ao familismo durante os atendimentos. Consequentemente, influenciando em como os usuários da política de assistência compreendem a concepção de família e do enfrentamento ao familismo, dentro dos serviços das políticas de assistência social.

Como **objetivo geral** delimitamos:

Identificar a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais com famílias, na produção científica, a fim de construir estratégias de enfrentamento ao familismo.

E como **objetivos específicos**:

1. Refletir sobre as dimensões constitutivas do trabalho de assistentes sociais a fim de delimitar a dimensão educativa/pedagógica;
2. Ponderar sobre o trabalho profissional de assistentes sociais com famílias no SUAS a fim de identificar seus limites e possibilidades;
3. Analisar os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022 a fim de identificar como a dimensão educativa/pedagógica é apresentada.

### **Metodologia:**

Compreendemos que o método é o caminho que se recorre para guiar a prática e a teoria que será utilizada na construção e análise de uma pesquisa. No presente TCC nos ancoramos no materialismo histórico dialético, que tem como base teórica a teoria social marxiana e marxista.

Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de "crítica", de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o "bom" do "mal". Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (Netto, 2011, p.18).

Para a revisão de literatura foram utilizados estudos e pesquisas realizados por profissionais do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento, que abordem o tema da família, Estado e a dimensão pedagógica do Serviço Social. O material foi obtido por meio da leitura e análise de cartilhas, livros e artigos publicados online.

A pesquisa está orientada por uma abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa não se limita ao simples levantamento de dados, os dados precisam ser interpretados.

Trata-se de pesquisa bibliográfica, ou seja, um método de investigação que é baseado na análise crítica e na síntese de conhecimentos, informações e teorias disponíveis em fontes

bibliográficas, preferencialmente de autores do Serviço Social. Posteriormente terá um viés explicativo, o que significa que buscará compreender e explorar a complexidade de causas subjacentes e de fatores que contribuem para as questões analisadas, empregando instrumentos e técnicas. Os passos para conduzir a pesquisa inclui: levantamento bibliográfico e estudo dos objetivos propostos; análise de anais do XVII CBAS de 2022; análise, estudo crítico do material e do tema em questão; organização e análise das ideias e conceitos adquiridos por meio dos estudos.

Para a realização da pesquisa foi realizada uma busca no site do CBAS pelos artigos nos anais do CBAS de 2022, uma vez que é no CBAS que se concentra o maior número de produções realizadas especificamente por assistentes sociais. Ademais, foi feito o recorte de ano para 2022 pela atualização de dados e por serem artigos mais recentes. Vale ressaltar que anterior ao CBAS 2022, foi o de 2019, por conta da COVID-19, que impossibilitou que acontecesse o CBAS em 2021. A busca foi feita utilizando as palavras chaves: “trabalho”, “trabalho com famílias”, “trabalho socioeducativo”, “dimensão educativa” e “dimensão pedagógica”.

Vale ressaltar que foram submetidos um total de 1293 artigos no CBAS de 2022, e a partir da busca e filtragem, foram separados sete artigos para a análise, que conversavam com a temática. Contudo, foram utilizados e analisados apenas três artigos, já que os outros tratam da dimensão pedagógica/educativa no Serviço Social, porém não se relacionavam com o trabalho social com famílias. Vale ressaltar que alguns dos artigos escolhidos tratam da dimensão educativa em áreas diversas, não apenas no SUAS, porém se relacionavam ao trabalho de assistentes sociais com famílias.

Para se efetuar a análise foi utilizado um guia para a leitura do texto, pensado com o propósito de identificar quais as informações seriam analisadas dos artigos que seriam suficientes para alcançar os objetivos do trabalho. Foram destacados os seguintes tópicos: 1) Concepção e entendimento da dimensão pedagógica/educativa; 2) Entendimento e relação desta dimensão com as outras dimensões do exercício profissional; 3) Estratégias para materializar essa dimensão no cotidiano; 4) Limites e possibilidades dessa dimensão no SUAS e no trabalho com famílias; 5) Outros destaques necessários.

**Quadro 2 - Artigos encontrados nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022**

Autor/a	Título do Artigo	Palavras Chave	Resumo
Cleusimar Cardoso Alves	Trabalho Socioeducativo	CRAS, Serviço	Este artigo compõe um relato de experiência com o objetivo de discutir o trabalho

Autor/a	Título do Artigo	Palavras Chave	Resumo
Almeida, Adriana Giaqueto Jacinto	Desenvolvido No Cras Do Sul De Minas Gerais: Execução E Retorno Das Atividades Na Pandemia	Social, trabalho socioeducativo	socioeducativo do assistente social desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Verifica-se que famílias vulneráveis sofrem com a crise sanitária, econômica e com expressões da questão social por meio do isolamento, desemprego, fome. O trabalho do CRAS pode fazer a diferença no atendimento a esses usuários e na perspectiva da emancipação.
Rafael Gonçalves Dos Santos, Maria Cristina Piana	Dimensão Educativa E Serviço Social: Desafios Para A Construção De Uma Nova Ordem Social No Contexto De Pandemia Da Covid-19	Dimensão Educativa. Trabalho Profissional. Covid-19	O presente artigo realiza um breve estudo bibliográfico com o objetivo de estimular, através de uma reflexão crítica, o debate e a construção do conhecimento sobre o trabalho profissional do/a assistente social e de sua relação com a dimensão educativa, de modo a construir nova perspectiva de sociabilidade ante aos desafios contemporâneos impostos pelo contexto da pandemia da Covid-19.
Aline Maia Diniz	Atendimento A Situações De Violência Contra Pessoas Trans: Possibilidades Para O Exercício Da Dimensão Educativa Do Serviço Social	Dimensão pedagógica do Serviço Social. Violência transfóbica. Processo Transexualizador.	Este trabalho consiste numa sistematização da atuação de assistentes sociais, com foco nos elementos educativos da atuação profissional, frente às situações de violências relatadas por pessoas trans. Os resultados demonstram em um gráfico as tipologias e naturezas das violências mais relatadas e apresenta uma reflexão sobre a dimensão educativa da profissão.

O texto está organizado em introdução, três capítulos e conclusão. O primeiro capítulo denominado “As dimensões do exercício profissional de assistentes sociais“, discorre sobre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, dando enfoque à dimensão educativa/pedagógica. Sendo o primeiro capítulo dividido pelos 3 tópicos: “As competências de fundamentação da atuação profissional”; “As dimensões constitutivas das atribuições privativas do exercício profissional” e “A dimensão pedagógica/educativa e de socialização de informações do Serviço Social”.

O segundo capítulo que tem como título “O trabalho de Assistentes Sociais com famílias no SUAS”, é subdividido em 4 tópicos: “O SUAS, a PNAS e a LOAS”, “A matricialidade sociofamiliar da política de assistência social no Brasil”, “A questão do trabalho social com famílias” e “O trabalho com famílias mediado pelo projeto ético-político”. Que vão abordar o trabalho das assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social. E por fim, o capítulo irá abordar o trabalho com famílias realizado pelas assistentes sociais que se aliam ao PEP.

O terceiro capítulo deste trabalho, é intitulado “Análise dos artigos dos anais do CBAS sobre o trabalho com famílias e a dimensão educativa/pedagógica”, e tem como objetivo fazer uma análise descritiva dos artigos para que possa contribuir com nossa pergunta de pesquisa, e sinalizar como as assistentes sociais têm se apropriado da dimensão pedagógica em seu exercício profissional, a fim de combater o familismo e desenvolver um trabalho que tenha como base o PEP.

## **CAPÍTULO 1 - AS DIMENSÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Neste capítulo abordaremos as dimensões do exercício profissional de assistentes sociais. Além disso discutiremos o movimento de renovação<sup>4</sup> do Serviço Social, onde acontece uma intenção de ruptura com os ideais hegemônicos das classes dominantes, para que seja possível construir o novo perfil profissional e a origem das regulamentações, princípios e diretrizes que a profissão adota atualmente. Bem como essa nova direção implica na atuação profissional e nas dimensões que fundamentam o exercício profissional, além de explicitar o perfil profissional que o atual Projeto Ético Político “exige”.

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (Iamamoto, 2005, p.49)

O movimento de reconceituação do Serviço Social desperta nos anos da ditadura, entre 1964 e 1985. A categoria profissional passa a criticar a mera tarefa de executora de políticas públicas para uma profissão que carrega um desenvolvimento e análise crítica para seus fundamentos (Netto, 2005). O Serviço Social objetiva romper com práticas que eram exercidas no início da profissão, ademais as profissionais “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissional e no plano da formação” (Netto 2005, p. 263).

O movimento de reconceituação (Alayón, 1976 e 2005) expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à

---

<sup>4</sup> “Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (Netto, 2005, p.131).

nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais (Iamamoto, 2019, p.444).

Por conseguinte, a identidade profissional é reconceituada, e a categoria profissional vai buscar elementos que a embasam, como o Código de Ética de 1993 e a Lei de regulamentação da profissão de 1993, as diretrizes curriculares da ABEPSS entre outras documentações que consolidam a profissão e o Projeto Ético Político. Consequentemente, passa-se a construir uma nova identidade da profissão, e de seus profissionais, seus valores, sua orientação moral.

O novo perfil que busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (Iamamoto, 2005, p.49).

Outro aspecto importantíssimo que o movimento de reconceituação e renovação propicia para o Serviço Social, é a quebra da associação com a neutralidade, que havia até o momento, onde o Serviço Social reconhece a dimensão política e deixa de realizar o seu exercício profissional, em meio aos conflitos e ideologias existentes na sociedade de forma supostamente “neutra”. Passa-se a assumir um direcionamento social, político, econômico e cultural consciente na sua conduta profissional, e esse direcionamento vai repercutir no atendimento aos usuários.

Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região (Iamamoto, 2019, p.445).

Ademais, a profissão adota a obrigação o compromisso de contribuir com a transformação da sociedade, a partir do seu caráter pedagógico. Ou seja, a profissão passa a ser exercida envolvendo o conhecimento adquirido durante a formação profissional, a cultura, os valores e morais da profissão e da profissional (Iamamoto, 1998). Dessa forma, ao concretizar essa dimensão no exercício profissional, a profissão, está incorporando os princípios e diretrizes do Projeto Ético Político (PEP). Assim o Serviço Social se desvincula de uma prática onde se limitaria somente a uma atuação tecnicista e orientada pelas demandas do empregador, onde busca apenas “resolver problemas” na realidade objetiva. Sendo assim, a profissão

Tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem objetividade que não é material, mas é social [...]. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos (Iamamoto, 2005, p.67).

Sendo assim, cabe a nós nos aproximarmos das dimensões do exercício profissional, a fim de compreendê-las e contribuir para refletirmos mais adiante sobre a dimensão pedagógica, educativa.

### 1.1. Aproximações às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, como profissional assalariado no sistema capitalista, deve se apropriar de um arcabouço teórico-legal, para se legitimar e fundamentar as opiniões técnicas ancoradas no Projeto Ético Político (PEP), constituído pelas Diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), o Código de Ética de 1993 e a lei que regulamenta a profissão, que vão servir como guia para a atuação de assistentes sociais. A profissão é orientada por princípios e diretrizes que constroem os fundamentos que embasam as dimensões, atribuições, competências e ideais que regem o exercício profissional.

Todos esses documentos e legislações, visam romper com o ideal predominante até os anos de 1980, e para isso ser possível se faz necessário “considerar a questão social como base de fundação sócio histórica do Serviço Social e [...] aprender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho” (Iamamoto, 1998, p.57). Partimos do pressuposto que a “questão social” e suas expressões é central no processo de formação e no exercício profissional<sup>5</sup>, por se tratar do objeto de trabalho profissional.

Destarte, vale ressaltar, conforme Guerra (2012), que o trabalho de assistentes sociais se insere na dinâmica de reprodução social que se realiza no cotidiano da vida burguesa, por isso, a necessidade de estratégias que serão utilizadas no exercício profissional. Ou seja, a dinâmica do cotidiano vai impactar no cotidiano profissional já que o mesmo possui características que influenciam na condução do trabalho mediado pelo PEP que segundo Guerra (2012) são:

1. **Heterogeneidade:** as demandas do cotidiano são essencialmente diversas, o que exige do sujeito que oriente sua atenção total às mesmas. Dada a esta diversidade, a vida cotidiana ocupa integralmente a atenção dos sujeitos.
2. **Espontaneidade:** é a “característica dominante da vida cotidiana” (Heller, 1989:29). Em razão desta característica, os sujeitos se apropriam de maneira espontânea (e naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade, donde sua capacidade de reproduzir as motivações particulares e as humano-genéricas.
3. **Imediatividade:** as ações desencadeadas na vida cotidiana tendem a responder, fundamentalmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos.
4. **Superficialidade extensiva:** considerando as características das demandas do cotidiano, os sujeitos

---

<sup>5</sup> “O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva” (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 154).

acabam por encaminhá-las de maneira superficial, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensão e amplitude e não na sua intensidade, ou seja, o cotidiano dificulta o esforço intenso, concentrado e contínuo (Guerra, 2012, p.5).

Dessa forma, considerando que a realidade é atravessada e constitui a particularidade e a totalidade do cotidiano social, o exercício profissional deve se ancorar nas três dimensões com competência, sendo necessárias para que a profissional esteja alinhado ao PEP. São elas: as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p.7).

Desta forma, é estabelecido uma conexão direta entre a atuação profissional das assistentes sociais, que vinculam seu exercício profissional ao Projeto Ético Político vigente, e a incorporação das competências no seu cotidiano profissional. Para melhor entendimento da necessidade e importância das dimensões, discorreremos rapidamente sobre cada uma delas, destacando a participação delas nos processos de trabalho.

Primeiro, a *dimensão teórico metodológica*, que abarca a capacidade da profissional de ler o mundo e acionar na sua prática o arcabouço teórico crítico, além de ser capaz de realizar uma reflexão crítica a partir da base teórico-metodológica que fundamenta a profissão.

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (Guerra, 2012, p.12).

As bases teórico-metodológicas são indispensáveis para a atuação profissional, já que são elas que permitem que a profissional realize uma leitura de realidade crítica que vai auxiliar também para operacionalizar a ação desse profissional. Enfatiza-se que o conhecimento adquirido pela formação profissional inicial e a continuada, enquanto instrumentais, tornam possível analisar e elucidar os aspectos da realidade, a fim de obtermos um planejamento profissional efetivo e eficaz. Conclui-se ser indispensável aos assistentes sociais o arcabouço teórico adquirido, principalmente durante sua formação inicial, sendo que ela precisa ser continuada<sup>6</sup> (Iamamoto, 1998).

---

<sup>6</sup> No Serviço Social, entende-se a importância de uma formação continuada e interpreta-se que “o aperfeiçoamento, a correção de falhas da formação inicial e a necessidade de formação para atender às novas



Seguindo, esse ato de acionar conscientemente que o trabalho é uma atividade que tem uma necessária dimensão teórica-metodológica e conseqüentemente ética, como atividade direcionada a fins, que tem a ver com valores, como dever ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento ético-moral nos informa sobre a *dimensão ético-política* (Iamamoto, 1998, p.61). Isso caracteriza a dimensão ético-política como uma dimensão da prática profissional que deve estar ancorada no PEP, agregando valores, ideais e objetivos políticos. Esses elementos são orientados não apenas pela formação profissional, mas também sofrem influência das particularidades do sujeito enquanto profissional. Sendo assim, a cultura, crença, moral e valores de um profissional vão interferir no seu exercício. Por conta disso, é necessário que a profissão tenha estabelecido a quem ou ao que seus valores e crenças estão vinculados.

Não obstante a estas determinações que configuram a dimensão política da profissão, na qual o Serviço Social se constitui como uma das técnicas ou tecnologias sociais, não se pode subestimar o papel do sujeito. Toda intervenção profissional é uma ação teleológica que implica uma escolha consciente das alternativas objetivamente dadas e a elaboração de um projeto no qual o profissional lança luzes sobre os fins visados e busca os meios que, a seu juízo, são os mais adequados para alcançá-los. Toda intervenção encontra-se imbuída de um conjunto de valores e princípios que permitem ao assistente social escolher (Guerra, 2012, p.13).

Por fim, a *dimensão técnico-operativa*, e a partir da pesquisa de Yamamoto (1998), entendemos que diz respeito à necessidade que o trabalho tem de exigir uma matéria prima, um objeto, meios materiais e subjetivos para conseguir concretizar a ação profissional. Na dimensão técnico-operativa materializa-se os instrumentais e elementos técnicos utilizados para concretizar a ação profissional. Coloca Guerra (2012, p.16): “É na realização das suas atribuições e competências que a dimensão técnico operativa não apenas se explicita como aparece de forma autonomizada das demais”.

O exercício profissional em consonância com o PEP, ocorre sempre englobando todas as três dimensões de maneira articulada, como possibilidade de afastamento do exercício profissional conservador e das ações exercidas pelo serviço social tradicional. Ao destacarmos as três dimensões mais conhecidas e elaboradas no âmbito da profissão, é preciso demarcar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) organizou uma cartilha, intitulada como “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”, onde aponta seis possibilidades/frentes de trabalho para o exercício profissional, sendo elas:

---

demandas aparecem entre os objetivos da formação continuada, há mais de 40 anos no Brasil” (Oliveira, 2011, p.51). Destaca-se o fato de que a profissão precisa lidar com expressões da “questão social”, que estão sempre mudando de acordo com as necessidades e emergência sociais, que estão em constante mutação junto com a sociedade e seus indivíduos.

1. Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
2. Uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. Uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos(a) usuários(as) e Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;
4. Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos(as) cidadãos(ãs);
5. Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas sociais;
6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos(as) diversos(as) atores(atriz) e sujeitos da política: os(as) gestores(as) públicos(as), dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores(as), conselheiros(as) e usuários(as) (Conselho Federal De Serviço Social, 2009, p.18).

A primeira frente diz respeito ao trabalho com grupos, famílias ou abordagens individuais, e ela abarca o atendimento direto com o usuário, a fim de viabilizar os direitos que estes venham demandar do trabalho de assistentes sociais, com foco na orientação social, auxiliando no conhecimento sobre os direitos e na acessibilidade das políticas públicas.

Já a segunda frente, de intervenção coletiva com movimentos sociais, explicita que o cotidiano profissional, assim como o trabalho, de uma assistente social, não se limita ao equipamento onde está inserido, mas, demonstra que a profissional deve participar, estimular e/ou organizar movimentos que reivindicam direitos e buscam fortalecer - e informar- a classe trabalhadora.

A frente de trabalho que aborda a intervenção em espaços democráticos de controle social, destaca uma parte das competências de assistentes sociais que é a de participar de Conselhos, Conferências, Fóruns de assistência social e políticas públicas que têm impacto direto na vida dos usuários, e são instrumentais utilizados para qualificar a própria ação profissional, sendo necessário não apenas a participação das profissionais, mas também que assistentes sociais incentivem os usuários a estarem ocupando esses espaços.

A quarta frente, de gerenciamento e planejamento dos Serviços Sociais, impacta o cotidiano profissional ao enfatizar que a assistente social tem que ser capaz de gerir recurso, coordenar equipes (interdisciplinares) e planejar ações, de modo a fomentar a participação

democrática, onde os usuários tenham participação nas decisões e na criação de estratégias que serão utilizadas no atendimentos. Logo, podemos concluir que a gestão do exercício profissional não pode ser feita sem os usuários, e que este deve ser ouvido, buscando ações e instrumentais que vão atender a demanda que os usuários apresentam e não necessariamente a demanda que a profissional julga ser resolvida.

Destarte, a quinta frente vai destacar a importância da assistente social fomentar e auxiliar a realização de estudos e pesquisas, objetivando qualificar o trabalho ao buscar compreender as condições de vida, as demandas e a mutação da classe trabalhadora. Se faz importante destacar que o artigo 5º do Código de Ética apresenta como um dever da Assistente Social: “c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (Brasil, 1993).

Por fim, a sexta frente, que será abordada mais a fundo no próximo tópico. Sendo essa, a dimensão pedagógica e de socialização de informações, onde a assistente social faz um papel de estimular a consciência crítica dos usuários e de informar sobre direitos, legislações e políticas públicas, que deve fazer parte dos atendimentos diários.

Ao compreender essas dimensões e frentes do Serviço Social, a assistente social deve encadeá-las a fim de desenvolver uma abordagem profissional que vai impactar a vida em sociedade. As seis frentes de trabalho são “[...] fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção” (Cfess, 2009). Uma eficiente conjugação das dimensões e frentes auxiliam que a profissional se afaste de realizar ações robotizadas e dispersas da totalidade social. Ademais, cada uma dessas dimensões e frentes se relaciona com distintos aspectos do compromisso ético político da profissão.

Em suma, todas as três dimensões e seis frentes são interdependentes e chamam a atenção para as diferentes possibilidades. Todas estão intrinsecamente ligadas ao cotidiano e à atuação profissional, mostrando que o exercício da profissão vai além de apenas atendimentos individuais e prestação de benefícios, guiando uma atuação que esteja não somente aliada ao PEP, mas também, consiga materializar os ideais que estão propostos nele. Sendo assim, a assistente social, será capaz de desenvolver durante sua intervenção um estímulo para que o sujeito questione o sistema e se vincule a luta pelos seus direitos e pela responsabilização estatal.

Com estas reflexões pretendeu-se demonstrar que o exercício profissional configura-se pela articulação de dimensões e se realiza sob condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade de a profissão responder às demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pela correlação de forças sociais que expressam os diversos projetos de sociedade e se refratam nos projetos profissionais (Guerra, 2012, p.16).

Sendo assim, o planejamento de ação profissional deve ser capaz de abordar as dimensões e frentes em sua totalidade. Sabendo que, quando associadas, tornam possível que as estratégias abarquem os princípios da profissão, resultando com um processo de trabalho que rompe com uma forma de exercício profissional que esteja vinculado aos interesses apenas da classe dominante (capital). Isso ajuda na construção de um novo projeto de sociedade e fomenta a consciência crítica das/os usuárias/os durante os atendimentos.

## **1.2. As atribuições privativas e competências profissionais**

Além das dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas que auxiliam na construção do exercício profissional, o serviço social conta com atribuições e competências que estão na Lei que Regulamenta a profissão, que busca informar e orientar quais são as ações que as assistentes sociais podem exercer, além de quais ele não deve exercer.

As atribuições e competências dos(as) profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos(as) profissionais, quanto pelas instituições empregadoras (Conselho Federal de Serviço Social, 2009, p.15).

As atribuições privativas e competências profissionais, quando se constituem pressupostos para as três dimensões do exercício profissional, dão suporte para que o trabalho seja capaz de atender as demandas apresentadas em seu cotidiano profissional com criticidade e articulação com seus deveres.

As competências de assistentes sociais estão demarcadas na Lei 8.662-93 (lei de regulamentação da Profissão) sendo:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com

relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Além de serem guias sobre o que cabe ou não a assistente social, as competências também amparam a profissional no seu ambiente de trabalho, informando não só a categoria profissional mas aos empregadores sobre quais são as atividades permitidas a serem realizadas por assistentes sociais.

Isso significa que assistentes sociais não são “obrigadas ou obrigados” a assumir responsabilidades e funções para as quais não possuem competência teórico-metodológica e técnico-operativa, conforme preconiza o Código de Ética do Assistente Social (1993), no título sobre os direitos e as responsabilidades gerais da e do assistente social. Encontramos outro exemplo nos “Parâmetros para atuação da e do assistente social na política de saúde”, que é enfático ao afirmar que não cabe ao profissional exercer funções relativas a terapias individuais, de grupo, de família ou comunitárias, “reivindicando o reconhecimento do campo psíquico enquanto ampliação do espaço ocupacional do assistente social” (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 44) (Tomaz, 2023, p.103).

As atribuições privativas do Serviço Social dizem respeito às ações profissionais que apenas podem ser realizadas por assistente social, já que demanda o arcabouço teórico e metodológico específicos da profissão, desenvolvimento de ações em torno do seu objeto e formação particular de graduação em serviço social. A lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/1993), em seu Artigo 5º, dispõe sobre as atribuições privativas.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós- graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (Brasil, 1993, p.?).

Destarte, as atribuições privativas se distinguem das competências, já que essas são aquelas atividades no ambiente profissional que não exigem uma formação específica

previamente, ou seja, podem ser realizadas por diversas categorias profissionais, não sendo ações exclusivas de assistentes sociais, como por exemplo a avaliação socioeconômica.

Sendo assim, o cumprimento das competências e atribuições além de ser uma exigência do exercício profissional é também uma forma de melhor atender aos usuários e de ser coerente com a profissão, pois sabemos que o Código de Ética, o Projeto Ético - Político e os outros documentos, não são corporativos, ou melhor, não visam apenas à defesa dos interesses dos Assistentes Sociais, mas a garantia ampla de direitos aos sujeitos com os quais atuamos cotidianamente as diferentes políticas sociais (CFESS, 1993). Conforme os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social: As competências específicas dos (as) assistentes sociais (2009), no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis (Silva e Souza, 2020, p.120).

A atuação profissional deve se amparar pelas atribuições privativas e competências profissionais, já que a partir do conhecimento e domínio de quais são as atribuições e competências, é possível que as assistentes sociais qualifiquem seu trabalho e seu planejamento, sendo capaz de atender as demandas dos usuários. Além disso, entender e conhecer as atribuições privativas da profissão permite ao profissional não se limitar apenas às demandas que lhe são postas pelo empregador, a assistente social deve articular as dimensões de fundamentação do exercício profissional juntamente com as atribuições privativas e competências.

### **1.3. Aprofundando a dimensão pedagógica/educativa do Serviço Social**

No decorrer deste tópico iremos focar a dimensão pedagógica/educativa mais detalhadamente. Iremos discorrer sobre a sua articulação com o exercício profissional e como ela impacta a realidade social.

Primeiramente, é necessário entendermos o que é a dimensão pedagógica, sendo essa a capacidade de assistentes sociais de socializar informações, orientar e estimular o pensamento crítico, sobre a realidade, dos sujeitos (sejam usuário ou parte da equipe de trabalho) e impulsionar que esses sujeitos tenham uma visão crítica da realidade em que estão inseridos (Cfess, 2009). Outrossim, a dimensão pedagógica será influenciada pelos valores éticos e pela moral que as profissionais carregam. É importante destacar que essa dimensão não se limita aos ambientes de escolas, faculdades, entre outros ambientes educacionais.

A dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas (Almeida, 2005, p. 25).

Desde sua gênese o Serviço Social é convocado para atuar com caráter pedagógico sobre a população. Como já foi pontuado neste trabalho, o Serviço Social na década de 1990

consolida a direção que vinha sendo construída desde 1960 pelo movimento de intenção de ruptura se vinculando aos interesses da classe trabalhadora. Assim, o caráter pedagógico da profissão também muda seu direcionamento, uma vez que era utilizado como apaziguador e justificador das expressões da “questão social”, agora é uma dimensão que pode ser acionada conscientemente para estimular a consciência crítica, a organização das lutas por direitos e a emancipação política junto aos usuários.

Os profissionais estão também contribuindo para a criação de formas de um outro consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem os recursos legais em prol do interesse da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e na avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (Iamamoto, 2012, p.69).

Outrossim, se faz necessário demarcar que no trabalho, seja com usuários e suas famílias ou com colegas profissionais, sempre é acionada a dimensão educativa. Contudo, a diferença acontecerá quando assistentes sociais se utilizarem das estratégias de forma consciente, tanto do acionamento da dimensão educativa quanto do objetivo das ações pedagógicas.

[...] o reconhecimento de que toda intervenção do assistente social necessita de uma Dimensão Educativa – no sentido de prestar uma orientação ou determinada informação –, pois, do contrário, torna-se apenas ação pontual. Pressupõe que toda intervenção é processo de trabalho visando um objetivo ou adotando uma finalidade, e que expor, dialogar e esclarecer para o usuário, como se constitui os processos determinantes daquela ação faz parte da Dimensão Educativa (Pinelli, 2017, p.61).

Veremos então a relação entre as dimensões de fundamentação do exercício profissional - ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa- e a dimensão pedagógica/educativa. Destacando que:

[...] a intervenção profissional da e do assistente social, enquanto uma ação socialmente útil que contribui no processo de reprodução social, também se constitui a partir de três dimensões fundamentais: teórico-metodológica – a justificativa que responde ao “por que fazer”; ético-política – a finalidade que se refere ao “para que fazer”; técnico-operativa – operacionalidade que se remete ao “o que fazer” e “como fazer” (Paula, 2023, p.79).

Entende-se que todas as dimensões estão interligadas e devem ser articuladas para que haja um exercício profissional competente, contudo “a dimensão ético-política que vai se expressar na direção da sua intervenção, ou seja, no compromisso que o seu exercício profissional vai assumir e revelar” (Paula, 2023, p.82). Em conformidade, interpreta-se que sem a dimensão ético-política não é possível exercer o caráter pedagógico da profissão que esteja aliado com o Projeto Ético Político.

Assim como a dimensão ético-política, que fundamenta a atuação profissional, a dimensão pedagógica é regida por conceitos e se traduz na realidade em uma “devolução” de acúmulos teóricos para a sociedade.

[...] o sujeito profissional não é neutro, e ao agir, coloca em movimento um conjunto de referências, valores morais e posicionamentos políticos. Ainda que tal posicionamento seja afirmar a “neutralidade”, ele contém uma dimensão de escolha e uma orientação política. Desse modo, a análise da dimensão ético-política [...] contribui para compreender o campo de possibilidades para a ação, partindo de análises necessárias, como a apreensão da correlação de forças entre os projetos em disputa, a condição de trabalhador assalariado, as articulações no âmbito socioinstitucional, dentre outras variáveis (Eiras, 2023, p.61).

Discorreremos sobre a dimensão ético-política em relação a dimensão pedagógica, uma vez que, essas estão intrinsecamente ligadas. Conforme podemos identificar na literatura a dimensão ético-política tem em si um caráter pedagógico.

Abreu (2002) descreve a dimensão ético-política da atividade profissional da e do assistente social como uma “função pedagógica” que se inscreve nos processos de organização da cultura em nossa realidade social. Essa função é determinada por meio das relações que se estabelecem entre a profissão e as classes sociais que compõem a nossa sociedade. Ela se materializa nos resultados construídos pela ação da e do profissional que interfere no modo de agir e pensar dos sujeitos envolvidos nesses processos (Paula, 2023, p.83).

A dimensão ético-política tem a capacidade de interferir no comportamento e no pensamento do ser humano (Paula, 2023), pensamento esse que será transferido ao usuário durante os atendimentos, seja em ações pedagógicas planejadas, ou em simples escolhas de palavras que traduzem uma perspectiva ética.

Desta maneira, identificamos que o/a assistente social, consciente do componente ideológico inerente a sua ação profissional, pode elaborar objetivos, estratégias e táticas que oferecem ao seu trabalho um direcionamento crítico, aliado ao processo de lutas historicamente travadas dos/as trabalhadore/as em nossa sociedade. O/a assistente social “durante sua atuação, pode traçar estratégias de intervenção que contribuem para o processo de formação de consciência de classe dos sujeitos atendidos, no sentido de se reconhecerem enquanto classe trabalhadora (Ramos, 2019, p.128)” (Ramos et al, 2023, p.148).

Nesse sentido, categorizamos a dimensão ético-política como a base (teórica) de orientação do exercício profissional, já a dimensão pedagógica/educativa é a maneira com que a assistente social consegue transmitir essa base, princípios, valores, diretrizes e objetivos no cotidiano profissional. Dessa forma, torna-se possível não apenas exercer suas ações de forma alinhada com o PEP, mas também, que consiga alcançar os objetivos da profissão, principalmente contribuindo com a emancipação social dos usuários, bem como estimular a luta social pela superação das opressões e explorações existentes no sistema vigente.

Deste modo, não apenas o que faz o/a assistente social, mas também o que ele diz pode ter incidência, interferência sobre o pensamento e o comportamento das pessoas com as quais ele interage, sejam os/as seus/suas usuários/as, estagiários/as, colegas de trabalho, etc (Ramos et al, 2023, p.113).



A articulação das dimensões, a nitidez da dimensão ético-política e a construção de estratégias pedagógicas apontam que o Serviço Social não só tem uma base ética, moral, política e cultural, princípios e compromissos, mas também pode desenvolver no seu trabalho uma transformação “não material” na vida dos usuários.

Com isso, percebemos que, por meio de sua intervenção profissional, o/a assistente social informal aos/às seus/suas usuários/as determinados valores e concepções, que podem incidir na maneira como se forma determinados grupos sociais. Então, por vezes, os valores e concepções que assistentes sociais reproduzem em seu exercício profissional, podem estar articulados a princípios estilos-políticos defendidos por parte da nossa categoria profissional, mas também, expressam as próprias crenças, paixões e posicionamentos ideo-políticos desses/as profissionais -elementos que se construíram ao longo da sua experiência de vida e de seus processos singulares de socialização primária e secundária (Ramos et al, 2023, p.114).

Em suma, é possível compreender que a dimensão pedagógica é um instrumental para que a categoria profissional alcance a efetividade em materializar os princípios encontrados na dimensão ético-política, que sustentam o PEP.

É nessa perspectiva que compreendemos as ações socioeducativas - ou o trabalho socioeducativo - como importantes estratégias articuladas aos objetivos profissionais inspirados no nosso projeto ético político crítico. Afinal pensar no desenvolvimento de ações socioeducativas é pensar “o que fazer”, portanto, elas se constituem enquanto importantes estratégias político-profissionais para os/as assistentes sociais (Ramos et al, 2023, p.148).

Já a dimensão teórico-metodológica permite que a profissional se fundamente em relação a sua escolha de forma de leitura de realidade, e a partir dessa leitura que será feita a escolha dos elementos que devem ser abordados no atendimento ao usuário, sendo possível fomentar uma percepção crítica da situação em que o usuário se encontra.

Ao perguntar “por que”, estamos acionando, colocando em movimento a dimensão teórico-metodológica que compõe a nossa ação profissional, pois estamos buscando compreender o fenômeno que provocou a necessidade da nossa intervenção. Perguntar “por que” nos leva a um exercício de análise da realidade. Então, a maneira como a gente interpreta a requisição ou a demanda que nos chega está ancorada, está fundamentada no conhecimento teórico-metodológico que a gente acumulou, na nossa bagagem de conhecimento. E essa bagagem se constrói por meio do estudo, da leitura e da capacitação (Paula, 2023, p.80).

Sem a dimensão teórico-metodológica a profissional não conseguira se orientar criticamente para passar informações aos seus usuário e colegas de equipe, sem uma análise crítica da realidade e da relações sociais, a profissional irá recair sobre ações do Serviço Social tradicional, onde irá culpabilizar o usuário e centralizarem os “problemas sociais”, além de particulariza-los, não se preocupando em estimular nos usuários a consciência crítica ou até mesmo a busca por direitos.

Igualmente importante é a relação da dimensão técnico-operativa e a pedagógica/educativa, essa relação pode ser observada na orientação de escolhas dos

instrumentos e técnicas que vão ser utilizados para entender e intervir nas demandas do cotidiano profissional, uma vez que a própria escolha dos instrumentais explicita uma orientação ideológica.

É para o desenvolvimento das ações profissionais que a e o assistente social lança mão dos instrumentos, escolhendo o que melhor lhe cabe na ação a ser realizada. No entanto, os instrumentos também não podem ser tomados isoladamente, eles encontram-se sempre articulados à técnica – o conhecimento que permite o seu manuseio. [...] Dessa forma, os instrumentos são meios pelos quais podem se efetivar escolhas profissionais. E se os instrumentos são, por natureza, neutros, as escolhas das e dos assistentes sociais não são (Paula, 2023, p.87).

Outrossim, a dimensão pedagógica é expressa nas operações das ações e do planejamento do exercício profissional, a forma com que a profissional desenvolve seu trabalho e os instrumentos utilizados são capazes de impactar o entendimento e a experiência do usuário, além de modificarem a forma com que ele enxerga a profissão, as políticas públicas e a própria realidade.

Nesse sentido, os profissionais que desejam, por meio do seu trabalho profissional, ultrapassar as meras exigências mercadológicas, precisam captar a dimensão contestadora que se apresenta mesclada às ideologias dominantes, estimulando-a e desenvolvendo-a para que os próprios trabalhadores façam dela o motor de sua ação transformadora (Paula, 2023, p.92).

Portanto é imprescindível pensar no planejamento e na escolhas dos instrumentais, já que, tanto o planejamento da ação profissional quanto a escolha dos instrumentos e técnicas possuem um teor ético-político, e vão ser os encarregados pelo direcionamento (ideo-ético-político) da ação.

Mas, se a elaboração das ações socioeducativas encontram-se no âmbito da construção de estratégia, faz-se necessário pensar nas táticas, ou seja, definir como, de que maneira essas ações serão realizadas. A definição das táticas é fundamental por que elas são, também, responsáveis pelo direcionamento ético-político da ação a ser realizada. Assim, tendo em vista o componente ideo-político da ação profissional do/a assistente social, o trabalho socioeducativo precisa se desenhar de modo coerente com os objetivos profissionais previamente estabelecidos (Ramos et al, 2023, p.148).

Por meio de diversas técnicas, como atendimentos individuais, atendimentos em grupo, visitas domiciliares, entre outras escolhidas pelas assistentes sociais, será transmitida sua orientação ética, política e teórica. E a partir das intervenções será possível estimular o usuário a uma visão distinta daquela socialmente difundida, auxiliando o usuário a desvencilhar de (pré)conceitos, meritocracia, entre outras ideologias que o sistema capitalista espalha a fim de garantir sua produção e reprodução.

[...] um sistema de dominação societária que dissemina um conjunto de valores morais pautados na destruição, no individualismo em detrimento do coletivismo, na concorrência e não no trabalho em equipe, na meritocracia que expressa as desigualdades produzidas por esse mesmo sistema, ao mesmo tempo em que as esconde, e não cumpre a totalidade dos direitos sociais (Ramos et al, 2023, p.119).

Como já foi pontuado anteriormente, no exercício profissional as assistentes sociais vão se apropriar de instrumentos que auxiliam, ou até mesmo permitem, a realização desse trabalho, e como já foi visto, a escolha desses instrumentos não é neutra e nem a forma como são utilizados. Ademais, a profissional também precisa de entender os objetivos da profissão, as demandas do público atendido, e entender que a ação profissional tem um caráter pedagógico que pode buscar fomentar a consciência crítica.

Desse modo, quando as respostas construídas pelos/as assistentes sociais se encontram ancoradas na orientação ético-política de um projeto profissional crítico, precisam ser mais que ações meramente imediatas, instrumentais e/ou manipulatórias. Por tanto, a instrumentalidade como uma mediação permite a passagem das ações meramente instrumentais para a construção de um exercício profissional crítico e competente (Guerra, 1999) (Ramos et al, 2023, p.116).

Adicionalmente, problematizaremos a forma com que muitas profissionais tem exercido a profissão sem elaborar um planejamento de ações socioeducativas, e a não consciência e/ou negação - apropriação - dos fundamentos, e muito menos estabelecem como finalidade de suas ações a dimensão pedagógica, para efetivarem os objetivos do PEP (Ramos et al, 2023).

Sabemos que a concretização dessas ações não depende exclusivamente das profissionais. Mas o planejamento e as possíveis estratégias de pressão das entidades e equipamentos empregadores, podem contribuir na busca pela efetivação e a realização de ações socioeducativas, não apenas com os usuários, mas também, com os próprios profissionais de outras categorias que são colegas de trabalho, como parte da dimensão pedagógica da profissão.

E o fato de existir tanta resistência e antagonismos em relação aos princípios éticos, políticos e ideológicos defendido por parte da categoria profissional, é o que mais chama a atenção para a necessidade de colocar em prática o caráter pedagógico da profissão, com urgência e fundamentação.

Afinal, no momento histórico atual, o cruel processo de desmobilização, individualização e, até mesmo, desesperança vem recaindo sobre o conjunto dos/as trabalhadores/as e não são muitas, ou pelo menos muito visíveis, as manifestações de combate ao sistema vigente. Pois, para que o/a assistente social, por intermédio de sua intervenção, possa contribuir com a luta dos/as trabalhadores/as é preciso que esta luta esteja em construção (Ramos et al, 2023, p. 136).

Em suma, a dimensão pedagógica se vincula às ações socioeducativas, fundamentadas e direcionadas pelas três dimensões do exercício profissional - técnico-operativas, teórico-metodológica e ético-política. Dessa forma, o trabalho profissional consegue estimular pensamentos críticos, rompimentos com ideologias que se baseiam na meritocracia, no

familismo e no individualismo, as organizações de trabalhadores para a luta por direitos e socializar conhecimento que são apropriados pela categoria profissional do Serviço Social.

Este trabalho socioeducativo consiste em um conjunto de ações que deve ser planejado previamente, possuindo um intuito pedagógico previamente definido [...] em uma perspectiva crítica, os trabalhos socioeducativos podem provocar debates, estimular reflexões, propiciar troca de saberes e socialização do conhecimento previamente produzido. [...] as atividades desenvolvidas revelam a importância da participação real e efetiva dos sujeitos no processo de disseminação do conhecimento que foi cientificamente produzido. No entanto, para que isso ocorra, é preciso que tais atividades aconteçam de maneira horizontal e democrática, sem que seja imposta uma hierarquização de saberes (EIRAS & Paula, 2018). Essa dinâmica é capaz de respeitar o saber popular e valorizar a cultura historicamente construída pela classe trabalhadora (Ramos et al, 2023, p.148).

Outrossim, é fundamental enfatizar que o Serviço Social se vincula aos objetivos da própria classe trabalhadora, onde seu papel não é de transformar a sociedade, mas de dar força e estimular o processo de transformação social juntamente com toda a classe trabalhadora (Ramos et al, 2023).

## CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O objetivo do presente capítulo é dialogar sobre o exercício profissional de assistentes sociais com famílias no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atuação essas que é regulamentada pelas seguintes legislações: Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>7</sup>, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)<sup>8</sup> e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)<sup>9</sup>. Realizamos também uma aproximação do trabalho com famílias ancorado nas três dimensões do exercício profissional.

### 2.1 O Sistema Único de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e a Lei Orgânica de Assistência Social.

Seguindo uma ordem cronológica de acontecimentos legais, começaremos discorrendo sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) lei 8.742\1993. Uma vez que, entendemos a importância de cada processo para a construção da Política de Assistência como a conhecemos hoje. Ou seja, para melhor entendimento e dinamicidade do capítulo traremos, conforme a imagem abaixo (figura 1), os marcos legais da construção da política de Assistência Social no Brasil, seguindo seu tempo histórico de implementação.

A imagem apresenta uma linha do tempo que traz desde a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1977, até a implementação da lei de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social em 2011.

Figura 1: linha do tempo de marcos da Assistência Social no Brasil



Fonte: Carolina Reis (2023)

<sup>7</sup> RESOLUÇÃO Nº 207, 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

<sup>8</sup> Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS, resolução CNAS nº 33

<sup>9</sup> **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**

É a partir da Constituição de 1988, mais particularmente em 1993, que “temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos” (SNAS/MDS, 2009, p.4).

A Lei Orgânica de Assistência Social, lei 8.742 de 1993, é a responsável por demarcar o reconhecimento da política de assistência social como responsabilidade do Estado, não sendo um favor, mas direito constitucional. A partir da LOAS temos a construção da assistência social no país, que faz parte do tripé, escolhido pelo Estado brasileiro, para a seguridade social<sup>10</sup>.

Dentre as iniciativas, destacamos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, conforme determinações da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social. É o mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcou os programas do setor e instituir, efetivamente, as políticas públicas da área e a transformação efetiva da assistência em direito (SNAS/MDS, 2009, p.4).

A Política Nacional de Assistência Social, foi construída com o objetivo de regulamentar como essa política os serviços, das áreas de assistência, devem ser geridas e fiscalizadas.

A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (PNAS, 2004, p.12).

Destarte, esta política, instituída em 2004, estabelece diretrizes e princípios que orientam e regulam as ações e serviços sociais no país, sendo de extrema importância para a classe trabalhadora brasileira. A PNAS visa garantir direitos sociais e promover a cidadania, tornando-se uma ferramenta essencial para a efetivação de políticas públicas que atendam às necessidades da população em situação de vulnerabilidade social.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações

---

<sup>10</sup> “O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país” (SNAS/MDS, 2009, p.4).

socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB1, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestoras Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política de Assistência Social (PNAS, 2004, p.4).

A Política Nacional de Assistência Social é uma diretriz fundamental para a organização e execução das ações no campo da assistência social no Brasil. Estabelecida pela LOAS, a PNAS é responsável por nortear as ações e os serviços na área, com o objetivo principal de garantir os direitos sociais e a proteção social aos cidadãos em situação de violações de direitos e violências, entre outras expressões da “questão social”. A PNAS tem como fundamento a matricialidade sociofamiliar, no âmbito da PNAS, são criados os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que desempenham papéis fundamentais na oferta de serviços socioassistenciais, prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco. A PNAS atua de maneira integrada com outras políticas públicas, sendo necessária uma ação multisetorial, uma vez que apenas a PNAS não foi estruturada para dar conta de todos aspectos da vida de um indivíduo.

Sabemos que, tanto a LOAS quanto a PNAS, são estruturantes do SUAS. O SUAS, foi desenvolvido para ser estruturado tal qual o SUS, ou seja, tem como objetivo promover a proteção social e garantir o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais de forma universal, igualitária e integral. Porém diferente do SUS, o SUAS é uma política para quem dela precisar, sendo dependente de demanda, já o SUS existe numa dinâmica universal. Ele também é organizado em níveis de proteção social, sendo: proteção básica, proteção especial de média complexidade e a proteção especial de alta complexidade. Com a participação de diferentes esferas de governo na gestão e financiamento.

Outrossim, os dois sistemas, SUS e SUAS, compartilham princípios como a descentralização, a participação social, a integralidade e a universalidade. Isso significa que a gestão e a prestação de serviços de saúde e assistência social ocorrem em diferentes níveis de governo (União, estados e municípios) e contam com a participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas. Essa estrutura semelhante entre o SUS e o SUAS tem o propósito de garantir que os serviços de saúde e assistência social sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, promovendo uma abordagem integrada para a promoção da qualidade de vida da população brasileira.

Justificamos a escolha da pesquisa em refletir a analisar o trabalho de assistentes sociais no SUAS ao afirmar que a maior parte das contratações de assistentes sociais no Brasil se faz, nesse espaço.

Cabe destacar que, segundo a Pesquisa do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil (2021), 49,79% da categoria trabalha na política de assistência social, seja na elaboração, na coordenação e na execução de programas e projetos da política. É significativo o número de assistentes sociais no contingente de trabalhadores/as do Suas de nível superior (Conselho Federal de Serviço Social, 2023).

Segundo a tabela abaixo, podemos ver que a principal fonte de emprego para a maioria das assistentes sociais é o setor público, com base em observações dos dados disponíveis na Pesquisa do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil (2021)<sup>11</sup>. Esse setor vai embarcar o SUAS, que vai se tornar o ambiente profissional com um maior contingente de assistentes sociais, pensando em CRAS, CREAS, Unidades de Acolhimento Institucional (UAI), entre outros equipamentos que fazem parte da política de Assistência. “Como pode ser observado na tabela a seguir, quase 60% das/os assistentes sociais estão empregadas/os no setor público (59,8%), com predominância da esfera municipal (43,59%), seguida da estadual (11,01%) e federal (5,20%).” (Conselho Federal de Serviço Social, 2021, p.91).

Tabela 1 - Natureza do Principal Vínculo

Natureza do principal vínculo como assistente social	Freq	%
Setor público municipal	19.271	43,59%
Nenhum	7.478	16,91%
Setor público estadual	4.868	11,01%
Organização não Governamental sem Fins Lucrativos	3.614	8,17%
Empresa privada	2.751	6,22%
Setor público federal	2.301	5,20%
Organização social	783	1,77%
Organização da sociedade civil de interesse público	634	1,43%
Voluntário	603	1,36%
Fundação	498	1,13%
Autônomo	321	0,73%
Sindicato associação movimento social e ou popular	146	0,33%
Outro	944	2,14%
<b>Total</b>	<b>44.212</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Conselho Federal de Serviço Social, 2021.

<sup>11</sup> <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>



Dentro desse contexto regulatório, é importante observar que a maior parte de assistentes sociais encontra emprego na esfera pública municipal. Isso ocorre porque é nos municípios que a maior parte dos serviços de assistência social são prestados, refletindo a descentralização das políticas sociais no Brasil.

A prevalência de vínculo contratual no setor público municipal é uma tendência histórica do mercado de trabalho de assistentes sociais, que cresceu principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os municípios brasileiros ampliaram competências a partir do seu reconhecimento como entes federados e a descentralização de políticas sociais e serviços públicos antes centralizados em âmbito nacional e/ou estadual (Cfess, 2021, p.91).

Para finalizar esse tópico, é fundamental ressaltar a relevância das normativas que norteiam a atuação profissional no campo da assistência social no Brasil. Estas normativas desempenham um papel crucial na orientação e regulamentação do trabalho de assistentes sociais, orientando o exercício e planejamento profissional para que o atendimento aos usuários seja eficaz e baseado em princípios éticos e legais.

Reiteramos que as normativas que orientam o trabalho profissional no âmbito da Assistência Social no Brasil são: Lei 8742/1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, a NOB/SUAS, a Política Nacional de Assistência Social. Sendo que as normativas visam legislar a política e seus serviços. O Serviço Social se baseia nelas como parte dos trabalhadores da PNAS. Mas é preciso destacar que a profissão conta suas próprias orientações e acúmulos que possibilitam inclusive a leitura crítica dessas legislações, de seus limites e dos objetivos que são distintos da profissão. Inclusive faz-se críticas a PNAS, ao SUAS e a LOAS em suas estruturas. Conforme demonstrou Junior (2016):

É assim que as conceituações assumidas pela assistência social, sobretudo após a PNAS/SUAS, percorrem o seguinte trajeto: partem do binômio categorial “risco/vulnerabilidade social”, inscritos nos primeiros documentos governamentais sem explícitas filiações teórico-políticas, e com alguma abertura a interpretações discordantes; e abraça o conceito de “capacidades humanas”, passando pelas noções de “ativos sociais” e “empoderamento”. Todos receitados e alardeados pelos organismos financeiros internacionais na fase de readequação da supremacia neoliberal (Junior, 2016, p.292).

O autor destaca que ao longo dos anos ocorreu um processo de modificação da própria concepção da PNAS no país, como política voltada para a garantia de atendimento das necessidades básicas de parcela da população que vive em condições mínimas. A lógica se alterou para o foco no *desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e suas famílias*. Compondo assim parte da “estrutura de oportunidades” fornecida para enfrentar os riscos e as vulnerabilidades sociais, através do “desenvolvimento de capacidades” do seu público-alvo, leia-se famílias.

## 2.2 A Matricialidade Sociofamiliar da Política de Assistência Social no Brasil

Nesse próximo tópico, partiremos para o debate sobre a matricialidade sociofamiliar. Contudo, antes iremos destacar o que a PNAS entende como família, para depois entrarmos mais a fundo sobre a matricialidade sócio familiar. Vale destacar que o Estado capitalista tem seu interesse em manter um padrão de família que serve para sua produção e reprodução. Ademais, também faz sentido nesse sistema que a família esteja nesse papel de objeto estruturante e central das políticas públicas. Afinal, “ao tornar as famílias centrais nas políticas estatais o Estado capitalista vai exigir e demandar uma série de questões para elas e seus sujeitos. Ao mesmo tempo, as famílias vão exigir do Estado uma série de serviços socioassistenciais que o mesmo não visa efetivar (Horst, 2018, p.164).

Segundo a PNAS, a família diz respeito ao “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (Brasil, 2004). Esse conceito, visa quebrar com a definição familiar de “pai, mãe e filhos”, contudo ainda estabelece um núcleo familiar fechado que tem vínculos e obrigações econômicas.

Outrossim, a matricialidade sociofamiliar é colocada como o eixo central do SUAS, trata-se da centralização das ações no núcleo familiar, foco esse que é “explicado” pelo potencial protetivo que é colocado sobre esses núcleos familiares em relação aos seus membros.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso (PNAS, 2004, p.41).

A PNAS, vai dar enfoque para os núcleos familiares e prever ações que vão trabalhar a família como um todo, pensando na família como primeira frente de proteção. Sendo assim, a família vai ser responsável pelo desenvolvimento de um membro e/ou de todo o núcleo, para conseguir sair da situação que a levou a demandar a PNAS. Dessa forma, profissionais desenvolvem estratégias que levam em consideração as particularidades desse núcleo familiar ao fazer um atendimento. Contudo, é comum que profissionais deem ênfase nas questões particulares do cotidiano daquela família e se afastem das diversas expressões da “questão

social”, das desproteções sociais que perpassam o cotidiano familiar, que não são particulares daquela dinâmica, mas sim fazem parte da estrutura da sociedade.

É nesse sentido, que a matricialidade sociofamiliar apresenta algumas contradições, uma vez que se baseia na proteção que a família tem a oferecer, e desenvolve trabalhos que acabam por reiterar as categorias que são impostas a cada membro familiar, por exemplo, colocar a mãe no papel exclusivo de educar os filhos e tomar conta da casa; o pai como provedor que deve se preocupar com o trabalho acima dos cuidados domésticos.

Além de culpabilizar, principalmente a figura feminina materna, dos “desvios” feitos pelos filhos, por exemplo, a evasão escolar. Tais paradigmas reforçam o machismo e o patriarcalismo que são estruturantes da sociedade brasileira. Com isso, destacamos que a centralidade da família não está em consonância com os princípios éticos-políticos do PEP que rege o exercício profissional de assistentes sociais. Conforme destacou Horst (2023), um dos pressupostos que precisa ser enfrentado no trabalho com famílias mediado pelo PEP é a leitura que concebe a família como objeto do trabalho profissional e/ou a referência para a leitura da realidade. E essa lógica avançou na profissão devido a influência da centralidade da família na PNAS.

Abordaremos duas questões que são destacadas por Horst (2023), sendo a primeira o fato de que assistentes sociais têm identificado como o objeto de seus trabalhos a família, e assim não é possível que a ação profissional consiga determinar qual a raiz das demandas das famílias.

A leitura da realidade, reduzida ao binômio indivíduo-família, impossibilita, no exercício profissional, identificarmos as causas subjacentes da estrutura do sistema do capital que interpela os sujeitos e suas famílias. A ausência da perspectiva de totalidade contribui para a moralização, a culpabilização, a responsabilização dos indivíduos (Horst, 2023, p.6).

A outra questão diz respeito às assistentes sociais terem como parâmetro moral, de valores e princípios éticos, a própria experiência e realidade individual.

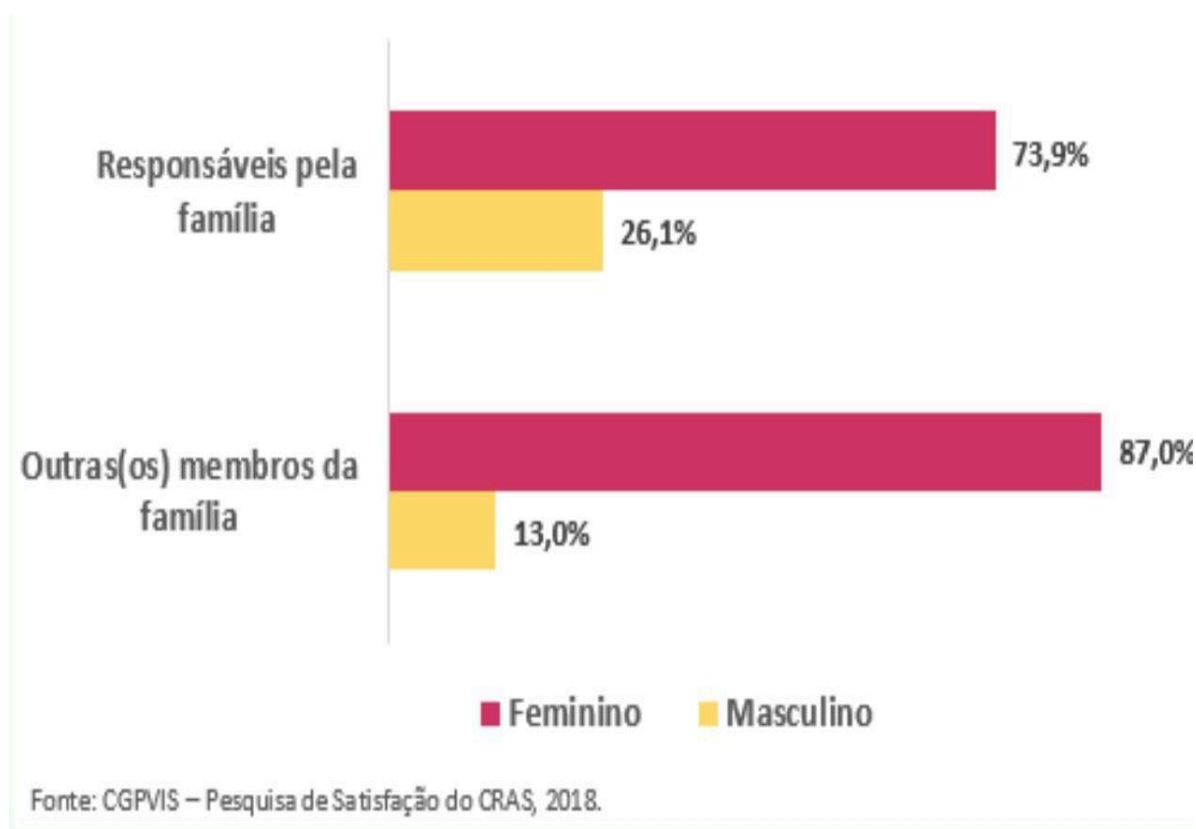
Conforme as pesquisas demonstram (Horst; Miotto, 2017), a ausência do debate sobre família na formação (somado a outros diversos fatores, como a lógica do cotidiano profissional; o peso das políticas sociais centralizadas nas famílias) tem levado: a) à reprodução do moralismo e do conservadorismo a partir da adoção de referências pessoais e idealizadas; b) ao recurso de outras perspectivas, como a psicanálise e às mais diversas formas de terapia familiar - ao diálogo direto com a orientação sistêmica. As experiências individuais em família são diversas, apesar da aparência comum, apresentam dinamicidades próprias e *não podem ser acionadas como referência* para o trabalho profissional, com vistas à moralização das famílias atendidas (Horst, 2023, p.7, grifos nossos).

A formação incompleta e a ausência de reflexão crítica sobre o papel da família podem comprometer a prática profissional e levar a abordagens inadequadas ou moralizadoras no

contexto do trabalho com famílias, caindo numa concepção centralizadora das famílias, na responsabilização da proteção de seus membros, e culminando em ações que reverberam o familismo. “Portanto, é preciso enfrentar a compreensão da família como núcleo do trabalho profissional e/ou como referência para a apreensão da vida em sociedade” (Horst, 2023, p.6).

O estímulo a propagação dos papéis que na sociedade capitalista devem ser realizados por uma divisão de gênero, se agrava quando pensamos que as principais usuárias das políticas de assistência social são as mulheres, que despendem seu tempo para ir até os CRAS e CREAS, entre outros equipamentos. Seja por demanda própria, familiar ou de seus filhos (como em casos de Medidas Socioeducativas que tem uma lógica de punição dos pais e dos adolescentes que deveriam ser protegidos). É possível observar esse fenômeno da responsabilização das mulheres quando buscam auxílios, benefícios ou outras demandas. Na pesquisa encontrada no Boletim Pesquisa de Satisfação do CRAS de Brasília, em 2019, é possível observar no gráfico que a maioria das usuárias são mulheres, as quais são as chefes das famílias, mostrando também que grande parte das famílias não tem a figura paterna, conforme destacamos no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Distribuição de membros familiares por sexo



Destarte, as ações profissionais acabam não só culpabilizando a figura da mulher pela condição de desproteção do núcleo familiar, mas também reforça preconceitos que não

condizem com a realidade da população brasileira, principalmente se destacarmos que majoritariamente essas mulheres são negras. Sendo assim, “fornecem serviços para reforçar as tradicionais funções da família, de proteção social, aumentando a dependência dos indivíduos da família e exigindo-se delas mais responsabilidades e serviços, como condição para poder ter acesso a algum benefício ou serviço público” (Teixeira, 2009, p.259).

Ademais, a matricialidade sociofamiliar, por ter como centralidade a família e o foco em suas particularidades e no caráter protetivo individual de cada uma, ao desenvolver projetos que visam o auto desenvolvimento da família e métodos paliativos - como são benefícios eventuais-, tendo como objetivo que a família se organize, de forma a não precisar da assistência e ser capaz de darem conta da proteção de seus membros de forma independente.

Sendo assim, a matricialidade pode culminar no afastamento da realidade social, e resulta em ações focadas na família que estimulam o individualismo e a culpabilização da família pela própria condição, que acabam por não levar em consideração a estrutura social e as expressões que afetam o cotidiano e a situação social/econômica daquela família.

Forja-se assim uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade – “é assim mesmo, não há como mudar” –, ativa-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias (Iamamoto, 2006, p. 174).

Dessa forma concluímos que a matricialidade sociofamiliar vai ter impacto direto em como a própria família se enxerga na política de assistência, o que nos acende um alerta sobre como assistentes sociais planejam seu exercício e desenvolvem as dimensões durante seu atendimento. Nesse sentido, é de suma importância destacar o familismo a florado pela matricialidade sociofamiliar, já que ele retrata a realidade estrutural da Política de Assistência que é uma ferramenta muito utilizada no exercício profissional dos profissionais do SUAS.

E além disso, tem sido a forma com que muitos assistentes sociais têm lidado com os usuários, sendo assim os próprios profissionais perpetuam uma prática familista que traz a responsabilidade para o usuário e seu núcleo familiar. Uma vez que o exercício profissional ao invés de buscar construir estratégias para a proteção, juntamente das políticas sociais, “[...] tenderá sempre a jogar para cima das famílias responsabilidades que elas, dadas as suas condições objetivas de vida, não são capazes de assumir” (Horst, Mito, 2017).

Outrossim, trataremos à discussão duas problematizações que dizem respeito aos marcos normativos do trabalho social com famílias, problematizações trazidas por Horst (2018).

[...] o primeiro é a incorporação, por grande número de profissionais, dos documentos das políticas, diretrizes, indicações e metodologias sem nenhuma criticidade. Conforme sabemos, há uma crença que os documentos oficiais não possuem “direção teórico metodológica” – uma suposta neutralidade. Ou, que a

direção da política social – por visar garantir direitos – é “crítica”, e nesse sentido, coaduna com a direção do projeto ético político (Horst, 2018, p.168).

Observa-se, então, um fenômeno existente na prática profissional de assistentes sociais, que é a tendência de muitos profissionais incorporarem documentos oficiais, como políticas sociais, diretrizes, orientações e metodologias, de forma acrítica. Ou seja, sem uma análise profunda ou questionamento sobre seu conteúdo e implicações. Isso ocorre quando o profissional se afasta dos seus princípios éticos e políticos, ou não tem conhecimento sobre as dimensões que regem o exercício profissional. Ou ainda, largam mão da criticidade sobre as políticas por serem vinculadas à defesa de direitos, e acabam por se apropriar delas como se fossem os fundamentos da profissão e não precisassem de serem questionadas. A profissional acaba tornando da política o objeto, o instrumento e o objetivo de seu trabalho profissional, sem trabalhar com o usuário o questionamento, análise e avaliação dessa política. Dessa forma, se faz necessário delimitar a relação entre a profissão e a PNAS, como pressuposto para não trabalhar como se a PNAS fosse a mesma coisa que a profissão (Horst, 2018).

Essa prática de incorporação acrítica pode ser problemática, uma vez que os documentos oficiais muitas vezes contêm abordagens, valores e pressupostos que podem não estar alinhados com a ética e os princípios políticos do serviço social. Portanto, é importante que os profissionais sejam críticos e reflexivos ao adotar tais documentos em sua prática, buscando compreender profundamente as implicações teóricas e éticas envolvidas. Dessa forma, eles podem garantir que suas ações e decisões estejam em conformidade com o PEP.

No que tange ao segundo problema apontado, conforme Horst (2018, p.169):

O segundo problema, no que tange ao debate sobre o TSF, é a ausência de compreensão da família – a partir de sua contraditoriedade, como já indicamos no presente trabalho – vinculada com a sociabilidade. A escolha de compreender como a profissão, e os campos de trabalho – no caso aqui a PNAS – reforçam a tendência ideológica da família tem suas razões. Conforme já apontamos, é incontestável o lugar da família para a sociabilidade e para a reprodução do ser social. Bem como do reconhecimento e importância das ações sociais realizadas junto a elas. No entanto, reconhecer tais questões não pode resultar no entendimento de tal instituição como central e fundante da sociedade.

Ou seja, durante o trabalho social com famílias é possível analisar a existência de uma falta de compreensão, por parte dos assistentes sociais, da família em sua complexidade, levando em consideração suas contradições, especialmente no que diz respeito à sociabilidade. Horst (2023) vai destacar que é importante entender a família como uma complexo social amplamente contraditório, que se torna um mecanismo de opressão e violência, ao mesmo tempo que também pode proteger.

No entanto, é preciso entender que reconhecer a relevância da família não significa a compreensão de que ela seja o centro ou o elemento fundamental da sociedade, a base da sociedade. Portanto, as assistentes sociais devem compreender a importância de uma visão crítica da família dentro do contexto das políticas sociais e do trabalho com famílias. Trata-se da possibilidade de enfrentar o idealismo em torno da função protetiva da família, como se a mesma pudesse garantir as condições de se virar por conta própria (Horst, 2018).

O TSF, como reforçado por diversas autoras, aposta no fortalecimento da função protetiva das famílias, por meio de diversas ações visando que os “problemas” sejam evitados, já que os mesmos originam pelo fato das famílias não desempenharem suas funções “corretamente”. Um exemplo claro dessa lógica perversa, pode ser encontrada no documento sobre orientações técnicas do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF que tem como um dos seus objetivos “prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares” (BRASIL, 2012, p.10) e demonstra que a ação definida como prioritária tem sido a de fortalecer a função protetiva das famílias. Nessa mesma direção, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem como primeiro objetivo: “o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva”. Nesse sentido, como observado por Cronemberger e Teixeira (2014, p. 106) (Horst, 2018, p.170).

Conclui-se então, a importância de alinhar as bases teóricas dos fundamentos do serviço social com a prática profissional, para não cair na culpabilização das famílias, penalização, disciplinamento e responsabilização das famílias pela sua desproteção. Sendo de suma importância pensar um exercício profissional que esteja em conformidade com o PEP.

Como reforçam as autoras, as políticas sociais não devem estar voltadas para o fortalecimento dessas funções da família como forma de prevenir e tratar problemas sociais (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2014). Minimamente, para além da questão da garantia de direitos, deveriam ser pensadas estratégias que busquem a quebra da reprodução dos papéis socialmente construídos, articulado às lutas sociais. Porém, temos assistido ao contrário (Horst, 2018, p.171).

### **2.3 O Trabalho com Famílias Mediado pelo Projeto Ético-Político**

Neste tópico iremos abordar o trabalho com famílias que esteja alinhado com os princípios e diretrizes do Projeto Ético Político do Serviço Social, uma vez que pontuamos e entendemos os desafios e as consequências que têm sido encontradas no trabalho com famílias realizado por assistentes sociais. Sendo assim, será destacado os objetivos que o trabalho com famílias tem quando este está em consonância ao Projeto Ético Político, visando uma atuação com famílias que consiga articular as dimensões do exercício profissional - ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

O projeto Ético Político exige, cada vez mais, assistentes sociais com uma formação continuada, crítica é direcionada pelo fim da exploração de classes. Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar os estudos de cariz marxista e desenvolver investigações que demonstrem como se implicam os processos de regulação da vida familiar e os processos de articulação e delegação de responsabilidade às famílias, objetivando construir intervenções que possam se contrapor ou resistir à lógica

dominante. Ou seja, é necessário tornar cada vez mais compreensível a articulação entre as diferentes esferas do Estado para a efetivação dos processos de responsabilização e culpabilização das famílias na qual os assistentes sociais estão implicados (Horst; Miotto, 2017, p.241).

As assistentes sociais precisam construir seu planejamento e ação profissional tendo em vista as diretrizes e os princípios do Código de Ética (1993) que rege a profissão, estando alinhadas com as necessidades da classe trabalhadora. Assim, construir uma prática profissional que não seja regida apenas pelo estado capitalista. Sabemos da necessidade de construir intervenções que possam resistir à lógica dominante, evidenciando um comprometimento em desafiar normas sociais estabelecidas em prol dos direitos dessas famílias.

No tocante a direcionalidade da ação profissional, como já foi afirmado, há a exigência que ela seja pensada na sua teleologia. Para além de sua eficiência operativa ou de sua instrumentalidade. Portanto, há necessidade de incorporar a ela o compromisso ético com a transformação social, que nesse contexto sócio-histórico se traduz em conquista e garantia de direitos. Essa perspectiva implica que, ao reconhecer que as famílias apresentam demandas que extrapolam as suas possibilidades de respostas e essas se encontram também fora delas, a ação profissional não pode direcionar-se apenas às famílias enquanto sujeitos singulares. Isso implica no redimensionamento da intervenção profissional, a partir da perspectiva da integralidade das ações articuladas em diferentes níveis. Esses níveis seriam: proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, organização e a articulação de serviços e atendimento a situações singulares (Miotto,2000) (Miotto, 2010, p.172).

Assim sendo, a ação profissional não pode se restringir à abordagem convencional, focada apenas nos indivíduos familiares. Isso demanda uma redefinição substancial da intervenção profissional, partindo da visão da integralidade, com ações coordenadas em diferentes níveis. Esses níveis englobam a proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, além da organização e articulação de serviços, abrangendo o atendimento a situações singulares (Miotto, 2000). Em outras palavras, a atuação profissional transcende o escopo individual, adotando uma abordagem que abarca desde a formulação de políticas até a atenção direta a casos específicos.

Essa perspectiva mais abrangente e articulada da ação profissional alinha-se com a compreensão de que as demandas sociais e familiares são interdependentes, influenciadas por uma variedade de fatores.

Ao perguntarmos como elas vivem, é necessário saber sua região, cidade, seu bairro, sua infraestrutura econômica, possibilitando a construção de reflexões sobre território, sobre as condições reais de garantir proteção a seus membros, sobre direitos acessados ou não. Levando-nos à última pergunta: “Quais as políticas públicas e/ou sociais que essa família acessa/acessaram?”. É impossível iniciar qualquer atendimento e acompanhamento com famílias questionando sua capacidade [ou afirmando sua incapacidade], sem perguntar: “Quem protege essa família?”. Afinal, para assegurar proteção a seus membros, as famílias precisam antes contar com um amplo e universal sistema de proteção social (Horst, 2023, p.17).



Nesse sentido, a intervenção profissional assume não apenas um papel de resposta imediata, mas também de catalisador de mudanças estruturais e sociais que favoreçam o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos. A proposta de Miotto (2010) destaca, assim, a importância de uma atuação que vá além do individualismo, buscando uma transformação mais ampla e significativa na dinâmica social vigente.

E para ser possível desenvolver uma atuação profissional, com famílias, que fuja do tradicionalismo, do conservadorismo e do familismo é preciso que o profissional se comprometa com o estudo não só da área, mas especificamente do trabalho com famílias. É válido ressaltar que é impossível que o trabalho com famílias esteja vinculado ao PEP, se esse não tem como um de seus objetivos o combate ao familismo. Afinal, “[...] nossos fundamentos confrontam abertamente a perspectiva do familismo. Sem enfrentarmos o familismo como estratégia hegemônica da sociedade e sua expressão nas políticas sociais e serviços, é impossível materializar ações comprometidas com as famílias (Horst, 2023, p.16)”.

Destarte, o profissional deve estar atento às normativas (sem se prender ao tecnicismo) tendo uma análise crítica das políticas sociais e compreender as articulações entre as diferentes esferas do Estado, a fim de entender como funciona a lógica capitalista de culpabilizar as famílias para que possa atuar de forma diferente e combativa a isso, possibilitando que as famílias saiam de situações de violação de direitos e possam ter seus direitos alcançados.

Ademais, também se faz importante que no trabalho com famílias seja posto a reflexão e conscientização sobre a situação da família, e social, buscando uma mudança subjetiva e objetiva na realidade do núcleo familiar. Ou seja:

Os processos político organizativos no trabalho com famílias implicam em ações que privilegiem e incrementem a discussão da relação família e proteção social na esfera pública, visando o rompimento com a ideologia vigente da família como responsável da proteção social, buscando a garantia e ampliação dos direitos sociais (Miotto, 2010, p.174).

Nesse contexto, observa-se que o planejamento e o trabalho com famílias, visando fomentar nos usuários, mas especialmente nas famílias atendidas, o pensamento e reflexão crítica sobre a realidade, a fim de desenvolver com essas famílias novas maneiras de exercer o trabalho da assistente social aos casos atendidos, deve ser um trabalho que se baseie e fundamente no questionamento da moral capitalista. E ao refletir criticamente sobre a ética, busca-se dismantelar preconceitos e preceitos que ferem a dignidade humana. Outrossim,

apesar de parecer um feito difícil, ele é possível e deve ser feito, principalmente quando nos debruçamos sobre os deveres que uma assistente social tem.

Para sermos mais precisos, a possibilidade de construir alternativas no cotidiano profissional via reflexões em torno da moral e da ética, confrontando principalmente valores racistas, machistas e homofóbicos, é possível e se torna urgente. Afinal, conforme apontou Paiva (2012, p.128), “não se trata apenas de discutir os valores vigentes, mas também de contribuir para a criação de novos valores éticos condizentes com as exigências da moralidade”(Horst, 2018, p.171).

Portanto, compreende-se que a mudança é imperativa e deve ser imediata, principalmente quando consideramos a urgência de combater a ideologia dominante e o familismo que se mostra enraizado no fazer das políticas sociais, destacando a política de assistência social. É nesse sentido que Horst (2018) trás a ideia de um engajamento ativo na construção de uma ética renovada.

Esse processo implica não apenas na crítica dos valores estabelecidos, mas na efetiva participação na elaboração de um conjunto de princípios éticos condizentes com as demandas éticas contemporâneas. No tocante ao trabalho com famílias, para ser efetivo, é necessário que essa construção seja realizada em acordo e juntamente com as famílias atendidas.

Assim, emerge a compreensão de que o desafio transcende a esfera discursiva e demanda ações concretas no cotidiano profissional. A criação de alternativas éticas e a superação dos desvalores devem ser encaradas como uma responsabilidade compartilhada, envolvendo não apenas a desconstrução de preconceitos arraigados, mas a construção proativa de um ambiente ético e inclusivo.

Finalmente os processos sócio-assistenciais correspondem às ações profissionais desenvolvidas diretamente com as famílias. Sua lógica reside em atendê-las enquanto sujeitos e não como objetos terapêuticos. Assim, busca-se responder às suas demandas/necessidades numa perspectiva de construção da autonomia. Autonomia que lhes permitam um engajamento ativo no contexto da participação política (Mito, 2010, p.174).

Destarte, destacamos aqui mais uma vez que a importância de envolver as famílias no planejamento dos acompanhamentos, na construção de programas e serviços como Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família(PAIF), Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos(PAEFI), entre outros, não apenas para inclui-los no acompanhamento referente a vida deles, mas também para desenvolver criticidade e visão de mudança em relação à realidade social.

É preciso enxergar as famílias como sujeitos participativos e não como objeto de nossas ações profissionais. Dessa forma é possível construir com as famílias uma noção sobre a totalidade social em que estão inseridos, distanciando a concisa deles da culpa e

individualismo que estão sujeitos na lógica do capital, desenvolvendo de forma *educativa* um atendimento que vise combater o familismo.

A lógica subjacente a esses processos está vinculada à atenção às famílias como sujeitos autônomos que estão inseridos num coletivo, e o trabalho com essas famílias é uma ferramenta - instrumental - que deve, não só se afastar de julgamento moral individual pautado na moral religiosa\capitalista. Como se comprometer com um trabalho que tenha como principal interesse viabilizar os direitos da família. Para isso, é preciso não só desenvolver com a família uma consciência crítica, mas é de suma importância, entender e refletir com a família a forma com que as políticas sociais são desenvolvidas, uma vez que elas são, muitas vezes, as ferramentas disponíveis para viabilizar os direitos dessas famílias. São as formas de proteção que o Estado oferta, então essas políticas devem ser refletidas e modificadas para que realmente tenham um caráter protetivo e não de culpabilizar, conforme o familismo.

[...] nossa intenção é destacar a necessidade de construir e caminhar junto com as famílias da classe trabalhadora. Ou seja, defender um exercício profissional com famílias que não se resumam com responsabilização e/ou no apassivamento delas, mas, ao contrário, que construa junto às famílias outras perspectivas e apostas (Horst; Miotto, 2017, p.241).

Por fim, concluímos que a reflexão crítica sobre a lógica capitalista e a compreensão das políticas sociais são fundamentais para uma atuação profissional com famílias na perspectiva do PEP, onde a dinâmica familiar imposta pelo capitalismo é questionada e assim as relações familiares são desmistificadas como criadoras e cuidadoras de seus membros, enfrentando o familismo e a própria estrutura imposta pelo sistema econômico e político opressor. Nesse sentido:

Apostar na transitoriedade das relações sociais é desnaturalizar as relações familiares da classe trabalhadora. Disso, resulta um trabalho que, ao realizar uma leitura crítica da realidade, em seu sentido marxiano, junto aos sujeitos e suas famílias, implica uma acertada colocação dos problemas vivenciados por elas em seus devidos lugares e origens. Para além da aclamada garantia de direitos, nosso trabalho estará contribuindo muito se formos capazes de instigar o necessário entendimento da luta coletiva. Afinal, como indicou Marx em “Sobre o suicídio” (2006), é necessária uma crítica social inspirada na compreensão de que o privado é político (Horst, 2023, p.21).

Em última análise, a proposta é que o trabalho com famílias vá além do tradicionalismo, conservadorismo e familismo, estando em consonância com o Projeto Ético Político, promovendo uma atuação fundamentada no questionamento da moral capitalista, na reflexão crítica sobre a ética e na construção de alternativas éticas e políticas. Essa abordagem visa não apenas atender às demandas imediatas, mas a contribuir ativamente para a mudança da realidade social que atualmente culpabiliza os sujeitos ao invés de protegê-los.

## CAPÍTULO 3 - A DIMENSÃO PEDAGÓGICA/EDUCATIVA NOS ANAIS DO CBAS

Neste capítulo traremos as análises que foram feitas para elucidar as questões levantadas durante o trabalho. Para isso, foi realizada uma pesquisa nos anais do CBAS de 2022 utilizando as palavras-chave “trabalho”, “trabalho com famílias”, “trabalho socioeducativo”, “dimensão educativa” e “dimensão pedagógica”.

Apesar de encontrarmos *sete artigos* que trazem o assunto da dimensão pedagógica, apenas três serão abordados neste trabalho, uma vez que o objetivo é analisar a dimensão pedagógica em relação ao trabalho de assistentes sociais. Contudo, se faz importante destacar que nem todos os artigos escolhidos dizem respeito ao trabalho de assistentes sociais no SUAS, porém, com a finalidade de enriquecermos mais os dados dados, diante da escassez de trabalhos que abordam diretamente o assunto, escolhemos analisar os artigos mesmo que o foco não seja o trabalho no SUAS diretamente, tendo em mente que o trabalho com famílias realizado por assistentes sociais não é exclusivo do SUAS. Segue o quadro que indica os artigos que serão analisados:

**Quadro 2 - Artigos encontrados nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022**

Autor/a	Título do Artigo	Palavras Chave	Resumo
Cleusimar Cardoso Alves Almeida, Adriana Giaqueto Jacinto	Trabalho Socioeducativo Desenvolvido No Cras Do Sul De Minas Gerais: Execução E Retorno Das Atividades Na Pandemia	CRAS, Serviço Social, trabalho socioeducativo	Este artigo compõe um relato de experiência com o objetivo de discutir o trabalho socioeducativo do assistente social desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Verifica-se que famílias vulneráveis sofrem com a crise sanitária, econômica e com expressões da questão social por meio do isolamento, desemprego, fome. O trabalho do CRAS pode fazer a diferença no atendimento a esses usuários e na perspectiva da emancipação.
Rafael Gonçalves Dos Santos, Maria Cristina Piana	Dimensão Educativa E Serviço Social: Desafios Para A Construção De Uma Nova Ordem Social No Contexto De Pandemia Da Covid-19	Dimensão Educativa. Trabalho Profissional. Covid-19	O presente artigo realiza um breve estudo bibliográfico com o objetivo de estimular, através de uma reflexão crítica, o debate e a construção do conhecimento sobre o trabalho profissional do/a assistente social e de sua relação com a dimensão educativa, de modo a construir nova perspectiva de sociabilidade ante aos desafios contemporâneos impostos pelo contexto da pandemia da Covid-19.
Aline Maia Diniz	Atendimento A Situações De Violência Contra Pessoas Trans: Possibilidades Para O	Dimensão pedagógica do Serviço Social.	Este trabalho consiste numa sistematização da atuação de assistentes sociais, com foco nos elementos educativos da atuação profissional, frente às situações de violências relatadas por

Autor/a	Título do Artigo	Palavras Chave	Resumo
	Exercício Da Dimensão Educativa Do Serviço Social	Violência transfóbica. Processo Transexualizador.	peçoas trans. Os resultados demonstram em um gráfico as tipologias e naturezas das violências mais relatadas e apresenta uma reflexão sobre a dimensão educativa da profissão.

Este capítulo será dividido em *duas partes*, uma primeira apresentando as aproximações gerais aos artigos e nossa análise, que foi construída a partir do seguinte guia de análise (tópicos): 1) Concepção e entendimento da dimensão pedagógica/educativa; 2) Entendimento e relação desta dimensão com as outras dimensões do exercício profissional; 3) Estratégias para materializar essa dimensão no cotidiano; 4) Limites e possibilidades dessa dimensão no SUAS e no trabalho com famílias; 5) Outros destaques necessários. Posteriormente, na segunda parte, apresentamos a análise geral dos textos com a síntese, visando elucidar se foi possível alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Seguiremos para as análises individuais dos artigos.

### 3.1 Aproximações gerais aos artigos

O artigo “Trabalho socioeducativo desenvolvido no CRAS do sul de Minas Gerais: execução e retorno das atividades na pandemia“, foi escrito pelas autoras Cleusimar Cardoso Alves Almeida e Adriana Giaqueto Jacinto, que são assistentes sociais e escrevem o artigo com base na vivência do cotidiano profissional no CRAS do sul de Minas Gerais. Trazem durante o trabalho como a dimensão educativa e as ações socioeducativas impactam e são desenvolvidas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Na análise feita enfocamos no tópico “O trabalho do assistente social e a dimensão educativa”. A primeira questão a ser observada no artigo é como as autoras identificam ou entendem a dimensão educativa. Apesar das autoras não definirem diretamente a dimensão educativa elas trazem que:

[...] a dimensão educativa deve se pautar em ações que possibilitem a efetivação desses princípios e os assistentes sociais ao buscarem materializar esse projeto ético político, em sua ação profissional, tendem a estar pautadas na perspectiva da emancipação. Posto isto, Oliveira e Elias (2005) atribuem às ações socioeducativas quatro características que são essenciais na perspectiva emancipatória, são elas: informativa, reflexiva, participativa e organizativa (Almeida, Jacinto, 2023 p.8).

Ademais, as autoras ainda trazem a concepção de outros intelectuais sobre o que seria dimensão educativa, dizendo que “Souza e Marques (2011, p. 27) realizaram estudos sobre a

dimensão educativa do trabalho do assistente social na saúde e verificaram que os assistentes sociais reconhecem a dimensão educativa da profissão nas suas relações com a comunidade em seu trabalho prático” (Almeida, Jacinto, 2023 p.9).

Pensando na questão da articulação entre a dimensão educativa e as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as autoras trazem de forma implícita durante o texto. Sobre a dimensão ético-política e dimensão educativa é possível perceber quando as autoras trazem que

Este projeto ético-político, por sua vez, apresenta a autoimagem da profissão, estabelece princípios e valores que devem nortear a atuação profissional, conforme destacam Paulo Netto (1999) e Mota (2011), entre outros autores. O projeto ético-político tem seus valores e pilares definidos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS. Em específico, o Código de Ética Profissional é reformulado em 1993 tem por princípios e valores o reconhecimento da liberdade, a autonomia, a emancipação e a plena conquista dos direitos sociais. Nesta linha de raciocínio, se o projeto ético-político preconiza a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a dimensão educativa deve se pautar em ações que possibilitem a efetivação desses princípios [...] (Almeida, Jacinto, 2023, p.8).

Já a relação entre dimensão educativa e teórico metodológica pode ser observado no parágrafo:

Nas ações reflexivas, supõe-se uma reflexão ativa no cotidiano profissional, uma análise de conjuntura das situações e conflitos do dia a dia da vida do usuário. Com tais reflexões, os sujeitos passam a lutar por uma causa comum de forma solidária, pois seu trabalho coletivo leva ao exercício da consciência crítica.[...] A educação popular, metodologia que pode inspirar o trabalho do assistente social neste sentido, possibilita e estimula a prática social a partir de uma leitura crítica para uma reflexão do mundo, conforme aponta Freire (2002) (Almeida, Jacinto, 2023, p.9).

Por fim, podemos observar que as autoras entendem a relação existente entre a dimensão educativa e a dimensão técnico-operativa ao destacarem que

É importante dizer que a dimensão educativa no trabalho do assistente social se concretiza nos atendimentos de casos, visitas domiciliares, orientações sobre os direitos de cidadania, inserção dos usuários assistidos e a comunidade na participação de atividades, em oficinas, programas, benefícios e cursos profissionalizantes (Almeida, Jacinto, 2023, p.8).

Passando para o tópico 3, estratégias para materializar a dimensão educativa no cotidiano, as autoras trazem sobre as estratégias que podem ser utilizadas no cotidiano das assistentes sociais do CRAS.

[...] a dimensão educativa no trabalho do assistente social se materializa em ações no CRAS, que envolvem a comunicação, a dialogicidade, as orientações sociais, viabilização de direitos de cidadania aos usuários, buscando a emancipação destes. [...]. Os sujeitos passam a pensar sobre seu cotidiano, sobre suas ações e as de seu grupo, compreendendo e problematizando a realidade social, buscando transformar os limites num ato educacional (Almeida; Jacinto, 2023, p.9).

Portanto, identificamos que as assistentes sociais se utilizam de estratégias em suas falas e atendimentos em grupos ao trazerem informações e incentivarem os usuários a refletir sobre as situações, o seu cotidiano e até mesmo seus direitos. Sobre os desafios apresentados pelas autoras, foi possível identificar o desafio dos próprios profissionais, em serem profissionais alinhados com PEP e que tenha o compromisso com a formação continuada e de qualidade, para que dessa forma seja possível desenvolver as estratégias que a dimensão educativa possibilita para fomentar a emancipação humano e viabilizar os direitos dos usuários.

Todavia, apesar de significativos avanços, estudos têm demonstrado a persistência de ações socioeducativas que reforçam o caráter punitivo, moralizador e de controle sobre o comportamento dos sujeitos. A interferência profissional tanto pode contribuir com os interesses das classes subalternas, quanto pode vincular com os interesses dominantes, servindo como poderoso instrumento de legitimação da desigualdade social (Almeida; Jacinto, 2023, p.9).

Outrossim, não menos importante, as autoras chamam atenção ao fato de que para ser possível desenvolver um trabalho que tenha efeito, não basta apenas se apropriar da dimensão educativa de forma consciente e com fundamentação no PEP, é também necessário ter conhecimento sobre a vida dos usuários e as condições que estão postas a eles, além de ser preciso que esses usuários tenham acesso às condições como habitação e acesso à informação. Afinal, não adianta o usuário ter uma reflexão crítica sobre a realidade se a família desse usuário não possui condições básicas de uma vida digna.

Neste contexto, para que ocorra de fato um trabalho socioeducativo no CRAS, na perspectiva da emancipação, na qual os usuários tenham acesso à informação, reflexão, participação e organização, são necessárias ações preventivas no território. É imprescindível ter informações sobre inseguranças e potencialidades do território, informações sobre vulnerabilidades e riscos, informações sobre os usuários, potencialidade e visibilidade com interlocução com a rede socioassistencial e intersetorial para que famílias tenham acesso a moradia digna, alimentação, escola, aos serviços de saúde, ao esporte, música, trabalho (Almeida; Jacinto, 2023, p.10).

Por fim, para darmos sequência ao próximo artigo, trazemos uma reflexão necessária feita pelas autoras, tendo em mente que o CRAS é um serviço de baixa complexidade que atua na prevenção dos riscos que os usuários e/ou suas famílias podem se encontrar, sendo um equipamento que, por ter como uma de suas principais ferramentas a PNAS, oferta ações e trabalhos para famílias, tendo a oportunidade de desenvolver esses trabalhos de maneira que auxiliem essas famílias a se afastarem do pensamento familista que as culpabiliza, através de reflexões críticas.

O assistente social é um profissional que tem um papel essencial, visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa, tendem a contribuir para o acesso aos direitos humanos e participação nos serviços ofertados, atuando com as classes trabalhadoras.[...] O CRAS tende a fazer um trabalho em médio e longo prazo com vários desafios no dia a dia para execução dos serviços, mas também, tem várias potencialidades e busca-se a perspectiva da emancipação dos usuários e suas famílias (Almeida; Jacinto, 2023, p.11).

O segundo artigo selecionado para a análise, intitulado “Atendimento a Situações de Violência Contra Pessoas Trans: Possibilidades para o Exercício da Dimensão Educativa do Serviço Social”, foi escrito pela autora Aline Maia Diniz. Trata-se de um artigo que consiste “numa sistematização da atuação de assistentes sociais, com foco nos elementos educativos da atuação profissional, frente às situações de violências relatadas por pessoas trans (Diniz, 2022, p.1). Apesar de não se tratar de um artigo que aborda o trabalho de assistentes sociais no SUAS, mas sim no sistema de saúde, utilizaremos as reflexões que são apontadas pela autora para, posteriormente, pensar e construir uma reflexão sobre o trabalho com famílias e também o trabalho no SUAS.

Podemos observar no texto que a autora entende que a dimensão educativa do trabalho profissional pode ser utilizada para desenvolver estratégias que estejam em consonância com a luta pelos direitos dos usuário, mas ela destaca o fato de que essa dimensão também já foi utilizada como uma ferramenta de opressão, mas que isso pode ser contornado.

A partir das leituras de Yamamoto (2013) e Abreu (2016) é possível identificar que o serviço social tem uma natureza educativa que lhe é inerente, e historicamente, esta dimensão foi utilizada numa perspectiva moralizadora, de controle da classe trabalhadora. No entanto, a partir da ideia de contradição e das mudanças ocorridas no interior da profissão, é possível reorientar a natureza educativa da profissão numa perspectiva da educação libertadora e emancipatória da classe trabalhadora, onde a aproximação com a obra de Paulo Freire (1987) fornece subsídios importantes para a reflexão dessa dimensão pedagógica (Diniz, 2022, p.4).

Ademais Diniz aponta que “o trabalho educativo, numa perspectiva emancipatória é necessário ainda para refletir sobre as relações entre opressores e oprimidos (Diniz, 2022, p.5)”, partindo para uma análise de totalidade no atendimento ao usuário. Diferente do artigo anterior, neste a autora traz a relação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas de forma mais direta:

O uso dos referenciais teóricos-metodológicos e éticos-políticos, com base no Código de Ética do Serviço Social, indicam a natureza do trabalho educativo das/os assistentes sociais, o atual Código de Ética (1993) apresenta princípios que objetivam a emancipação humana. Dessa forma o trabalho educativo deve caminhar na mesma direção (Diniz, 2022, p.5).

A dimensão técnico-operativa pode ser melhor entendida quando a autora traz que “os atendimentos nos quais a questão da violência foi presente, assim como a intervenção com viés educativo através da prática reflexiva” (Diniz, 2022, p.5). Demonstrando assim, os instrumentais e as técnicas com que a dimensão educativa foi desenvolvida. A materialidade no cotidiano profissional da dimensão educativa foi elucidada pelo artigo, e isso pode ser observado no parágrafo que diz:

Considerando que a dimensão socioeducativa pode estar presente na atuação do serviço social de diversas formas, foi realizada uma tentativa de demonstrar as



situações em que a mesma aparece, sendo realizada de forma consciente pelo profissional e associada aos relatos de violência. Utilizamos a prática reflexiva com os usuários nas situações de violência, com o objetivo de politizar a questão da violência transfóbica e incentivar a mobilização coletiva como forma de enfrentamento coletivo deste fenômeno (Diniz, 2022, p.5).

Destarte, vale ressaltar a questão da consciência da profissional sobre acionar a dimensão educativa e sobre as estratégias que ela utiliza. É possível ver o cuidado da autora em desenvolver sobre a dimensão educativa sendo apropriada e desenvolvida na prática profissional, quando lemos o seguinte parágrafo:

O exercício da prática reflexiva nos atendimentos em que a dimensão educativa da profissão foi explorada pelas assistentes sociais conscientemente. Esse exercício expressa a reflexão em conjunto com os usuários, com o objetivo de desnaturalizar as práticas e discursos violentos, discriminatórios e preconceituosos que perpassam suas vidas. Foram realizadas reflexões sobre o mundo do trabalho na sociedade capitalista e a discriminação como forma de reforçar as desigualdades sociais (Diniz, 2022, p.8).

Observa-se que a dimensão educativa deve ser acionada e, além de ter um direcionamento teórico, precisa ter um objetivo daquilo que se pretende alcançar através das estratégias utilizadas. Sabendo os objetivos fica mais fácil de entender como as estratégias devem ser desenvolvidas. Apesar da autora não trazer como um desafio a linguagem, faço esse destaque, considerando que a dimensão educativa só vai ter efeito para o usuário uma vez que essa for compreendida, e com isso é muito importante pensar no perfil do usuário e na linguagem que as informações serão passadas. Sobre isso a autora traz que:

As reflexões realizadas em conjunto com os usuários foram feitas com o cuidado de utilizar expressões e explicações não acadêmicas, possibilitando a maior compreensão dos usuários e ainda considerando o saber dos usuários, com a valorização de suas vivências e experiências. As reflexões ocorreram ao longo de vários atendimentos, e à medida que os usuários se demonstravam à vontade para tais reflexões e também apresentavam suas próprias reflexões e seus próprios questionamentos (Diniz, 2022, p.9).

Diniz traz como um dos desafios as condições materiais do trabalho profissional e que apenas a informação e a reflexão não são suficientes para transformar a realidade, contudo aponta que o trabalho que aciona a dimensão educativa de forma consciente e em consonância com o PEP tem um potencial de emancipar o usuário.

Tomando a concepção de Paulo Freire de educação libertadora e educação emancipadora, pode-se apreender que as orientações e reflexões realizadas com os usuários por si só não constituem uma perspectiva emancipatória, uma vez que, muitas delas ainda estavam direcionadas para questões dentro da ordem capitalista e por esse motivo encontramos obstáculos tanto na intervenção profissional como no exercício da dimensão educativa. Apesar disso, identificamos que tanto as orientações, como as reflexões e ações realizadas possuem um potencial emancipatório (Diniz, 2022, p.9).

Trazendo a discussão do texto para a temática abordada neste trabalho, podemos extrair que a dimensão educativa no trabalho profissional, feito de forma consciente e aliada aos princípios e diretrizes do PEP, pode ser muito importante para a construção das ações e para efetivar um resultado na vida dos usuários, além de ser importante para que assistentes sociais desenvolveram dentro da própria equipe uma consciência crítica sobre a realidade dos usuários. “Defendemos que o exercício da dimensão educativa na atuação profissional de assistentes sociais, têm efeitos concretos junto às expressões da questão social (Diniz, 2022, p.9)”. Assim, abre-se a possibilidade de combate ao familismo durante os atendimentos feitos com usuários e suas famílias.

No terceiro artigo, intitulado “Dimensão Educativa e Serviço Social: Desafios para a Construção de uma Nova Ordem Social no Contexto de Pandemia da Covid-19”, escrito pelos autores Rafael Gonçalves dos Santos e Maria Cristina Piana, o texto discorre sobre a dimensão educativa e o serviço social, sem se aprofundar em nenhuma área específica, apesar de não tratar do trabalho com famílias no SUAS esse artigo traz reflexões importantes e que agregarão na construção das reflexões proposta por esse trabalho.

Pensando sobre o entendimento dos autores a respeito da dimensão educativa foi possível perceber que esses entendem a dimensão educativa como uma estratégia para o enfrentamento às expressões da “questão social”. Os autores dizem que “O projeto contra hegemônico defendido pela categoria profissional assume um papel pedagógico no processo de enfrentamento das relações de exploração intensificadas pelo capital e pelas condições de subalternidade, com vistas ao alcance de uma nova ordem social (Santos, Piana, 2023, p.2)”. Ademais, os autores trazem que “[...] a dimensão educativa apresenta, no interior do trabalho profissional de assistentes sociais, a perspectiva revolucionária de se transformar resistências isoladas em movimentos articulados em defesa dos direitos sociais historicamente conquistados” (Santos; Piana, 2023, p.2).

Outrossim, em relação a compreensão do autores sobre a relação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa, é possível destacar que os autores trazem que:

No exercício das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, o/a assistente social desenvolve um trabalho eminentemente educativo, principalmente no que diz respeito a viabilização do acesso aos seus direitos fundamentais, bem como aos recursos, serviços e programas desenvolvidos no interior da profissão. Nesse sentido, a educação é apreendida como eixo de construção coletiva de produção do conhecimento, da ação social, carregado de sentidos, interação, diálogo e significados no âmbito das práticas sociais (Santos; Piana, 2023, p.10).

Os autores enfatizam que o/a assistente social desempenha um papel educativo nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de sua prática profissional. Destaca-se a importância da educação como um elemento central na construção social de conhecimento e na promoção da viabilização aos direitos fundamentais, bem como aos recursos, serviços e programas oferecidos pela PNAS. A educação é vista como um eixo carregado de significados, interação e diálogo nas práticas sociais, reforçando o compromisso ético-político do assistente social em promover equidade e justiça social.

Destarte, os autores trazem como uma estratégia, que pode se apresentar também como um fator limitante para materializar a dimensão educativa na compreensão crítica e no conhecimento de assistentes sociais sobre as demandas de seus usuários.

A partir desta premissa, a dimensão educativa relaciona-se diretamente à atuação de assistentes sociais, pois, a forma como estes/as profissionais, enquanto intelectuais orgânicos enxergam a sociedade e o agravamento das expressões da questão social incidirá diretamente sobre a forma em que compreendem, interpretam e desenvolvem o próprio trabalho profissional na vida cotidiana. Nessa perspectiva, surge a necessidade de desvelar criticamente a realidade social, identificando as principais demandas apresentadas pela população usuária no contexto da pandemia da Covid-19, uma vez que é o próprio cotidiano, compreendido como espaço onde se realiza a intervenção profissional, que permite pensar na forma como tais demandas chegam até às instituições, imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas. E são analisadas pelos/as assistentes sociais para a construção de respostas interventivas em oposição ao metabolismo antissocial do sistema capitalista (ANTUNES, 1999, p. 209) (Santos; Piana, 2023, p.8).

Ao identificar e fazer uma análise crítica da realidade e demanda dos usuários as assistentes sociais conseguem acionar de forma consciente a dimensão educativa, já que é no cotidiano que as profissionais farão suas intervenções, e como dito anteriormente no trabalho a dimensão educativa quando acionada de forma consciente precisa de ter um objetivo bem definido para que tenha efeitos na construção da consciência crítica dos usuários, para que dessa forma seja possível fomentar a luta pela emancipação humana. Destaca-se que a

[...] articulação entre política e cultura, é notório que tais relações encontram-se presentes no debate sobre a dimensão educativa, organizado enquanto uma das mediações capazes de contribuir para a formação de uma consciência crítica, uma nova ordem social, a fim de reafirmar o seu potencial transformador (Santos; Piana, 2023, p.5).

Assim como no artigo “Trabalho socioeducativo desenvolvido no CRAS do sul de Minas Gerais: execução e retorno das atividades na pandemia“, Santos e Piana trazem que a dimensão educativa precisa de ser aliada ao PEP para auxiliar na construção da emancipação humana e para fomentar a organização de movimentos pela luta pelos direitos dos usuários. Portanto, a função pedagógica do assistente social reflete a tensão entre práticas que reproduzem desigualdades e aquelas que buscam promover a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa.

Para Abreu (2004; 2011), a função pedagógica desempenhada pelo/a assistente social apresenta estratégias educativas situadas nas lutas de classes, que, por um lado, são alternativas educativas subalternizantes, expressas por relações de exploração e dominação do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade e, por outro lado, uma dimensão educativa emancipatória, vinculada às necessidades históricas de se construir uma sociedade alternativa à sociedade do capital (Santos; Piana, 2023, p.6).

Por fim, destacamos a importância resgatada pelos autores da dimensão educativa, mas com atenção a relevância do trabalho profissional estar vinculado ao PEP, para que essa dimensão não seja uma forma de controle social, ou até mesmo uma maneira de difundir o familismo e a culpabilização do indivíduo pela situação de risco em que ele e sua família se encontram.

Assim, a dimensão educativa presente no trabalho profissional de assistentes sociais revela o compromisso de transformar resistências isoladas em movimentos articulados de massa para o enfrentamento dos desmontes e dos ataques aos direitos historicamente conquistados, compreendendo os limites institucionais e profissionais do exercício profissional do/a assistente social (Santos; Piana, 2023, p.10).

Essa abordagem visa enfrentar os desmontes e ataques que ameaçam os direitos historicamente conquistados. Importante notar que o reconhecimento da importância de compreender os limites institucionais e profissionais que permeiam o exercício da profissão de assistente social.

### **3.2 A importância da dimensão pedagógica/educativa no trabalho profissional: a síntese dos dados.**

Todos os artigos analisados, apesar de não focarem exclusivamente no trabalho com famílias no SUAS, abordam aspectos relevantes que podem estar relacionados ao trabalho de assistentes sociais com famílias no contexto do SUAS enfatizando uma abordagem educativa alinhada ao Projeto Ético Político.

Essa perspectiva pode ser aplicada no SUAS para conscientizar criticamente e mobilizar coletivamente as famílias que enfrentam diversas formas de violência, fomentando a consciência e concepção crítica de que a violência e violação de direitos que essas famílias vivenciam, não tem como origem as próprias famílias, mas sim, fazem parte da estrutura do sistema político/econômico.

Ademais, a análise crítica da realidade social, destacada no capítulo sobre a dimensão educativa e o Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19, destaca a importância de identificar demandas e desvelar limites institucionais. Essa abordagem é essencial no trabalho com famílias no SUAS, tendo a PNAS como principal ferramenta do trabalho, onde compreender as dinâmicas familiares, as desigualdades sociais e promover a autonomia são

aspectos cruciais para que o trabalho seja produtivo, e possa gerar efeitos no entendimento dos usuários sobre a realidades que vivem.

A conscientização sobre direitos e a mobilização social são elementos que podem fortalecer o trabalho com famílias no âmbito do SUAS, e desmistificar a culpa que é jogada às famílias pela meritocracia pregada pelo sistema, sendo assim, abre-se a possibilidade de trabalhar com os usuários sobre o que é o familismo e como, coletivamente, é possível enfrentá-lo.

Destarte, é comum a todos os capítulos, os desafios que ressaltam a importância da consciência crítica no acionamento da dimensão educativa para a construção de estratégias. No trabalho com famílias, essa consciência crítica é de suma importância para compreender as dinâmicas familiares, enfrentar desigualdades sociais e viabilizar os direitos dos usuários, a reflexão crítica, a busca pela emancipação e a articulação com os princípios éticos e políticos do PEP destacados nesses capítulos constituem elementos-chave que podem enriquecer as intervenções de assistentes sociais no contexto do SUAS com as famílias e o combate ao familismo.

Por fim, iremos recuperar as perguntas que foram utilizadas para orientar a pesquisa e iremos respondê-las contemplando todos os artigos que foram analisados e os capítulos anteriores como síntese final.

Primeiramente, foi possível identificar que em todos os artigos e levando em conta o arsenal teórico utilizado, a dimensão educativa é a possibilidade e a capacidade que as assistentes sociais têm em seu exercício profissional. Que essa dimensão não pode ser ignorada, no sentido de que as profissionais irão agir de forma a passar informações e estimular nos usuários a reflexão sobre a realidade. A diferença está em como essa informação será passada, quais as informações que serão utilizadas no atendimento e quais reflexões as profissionais irão realizar com os usuários ou estimular que os usuários tenham. Por isso é tão importante que essa dimensão seja acionada de forma consciente, já que dessa forma as assistentes sociais vão se apropriar dela e utilizá-la para desenvolver o seu trabalho.

Em todos os artigos as autoras chamam a atenção para a dimensão educativa como uma ferramenta importante de viabilização do acesso aos direitos. Que o entendimento sobre a direção do PEP contribui para o acionamento da dimensão educativa com objetivos nítidos e para o desenvolvimento de estratégias. Isso possibilita que os atendimentos desenvolvam um pensamento crítico sobre a realidade e uma mudança não só material, inclusive permite que o trabalho da assistente social não se prenda ao tecnicismo.

Já a relação da dimensão educativa com as dimensões do exercício profissional, fica elucidado que a dimensão educativa só pode ser desenvolvida em consonância com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Todas as dimensões são necessárias para que a profissional acione a dimensão educativa, seja pela necessidade de conhecimento teórico, a orientação de valores e moral que as profissionais vão ter ao realizar um atendimento ou na própria realização do atendimento, como foi colocado anteriormente, mesmo que uma profissional não tenha plena consciência que está realizando um trabalho educativo o simples fato de passar informações já tem em si um caráter pedagógico.

Assim, ao exercer as dimensões do exercício profissional as assistentes sociais estão acionando a dimensão educativa, já que a forma com que passam uma informação e qual informação estão escolhendo passar, também pode estimular no usuário um entendimento ou uma reflexão sobre a realidade, ou até mesmo sobre a própria informação que está sendo passada.

Destarte, a terceira questão que foi utilizada para orientar a pesquisa diz respeito às estratégias para materializar a dimensão educativa no cotidiano. Mais uma vez, chamaremos a atenção para o acionamento consciente dessa dimensão, já que, se as profissionais não se apropriam dela, reconhecendo que faz parte do seu planejamento para atender aos usuários e buscar viabilizar seus direitos, não será possível pensar em estratégias para alcançar a materialização da dimensão educativa e dos resultados que ela possibilita.

Algumas formas de materializar a dimensão educativa que foram destacadas são: práticas reflexivas com usuários, ações que envolvem comunicação e socialização de informações, orientações sociais, viabilização de direitos. Ademais, as assistentes sociais podem materializar a dimensão educativa nos instrumentos escolhidos pelas profissionais, como por exemplo visitas domiciliares e desenvolvimento de relatórios, e uma das formas de acionar essa dimensão é a partir da construção de um planejamento detalhado.

Por último, iremos refletir sobre os limites e possibilidades dessa dimensão no SUAS e no trabalho com famílias. As limitações observadas não são específicas do trabalho com famílias no SUAS, mas se tratam de dificuldades que podem ser observadas em qualquer área de atuação de assistentes sociais. A primeira limitação que foi observada a partir da análise dos artigos é sobre as condições subjetivas e objetivas que atravessam os profissionais. Condições técnicas, uma vez que é preciso ter condições materiais para fazer uma análise do ambiente dos usuários, das suas condições, das expressões da “questão social” que atravessam a realidade deles, e para conseguir concretizar as ações planejadas. Outra limitação diz respeito à relação com os outros profissionais que compõem a equipe, e que muitas vezes será

necessário desenvolver estratégias para desenvolver ações educativas com a própria equipe. Ademais, outra limitação é a orientação teórica das profissionais, os artigos chamam a atenção para ações educativas que tem difundido a lógica familista e punitivista.

Em relação ao trabalho com famílias no SUAS, sabemos que essas dificuldades podem fazer com que os usuários não procurem os equipamentos da política de assistência, que eles continuem reproduzindo pensamentos que perpetuam o familismo e a lógica capitalista que culpabiliza os usuários pela sua realidade e não questiona a estrutura vigente, contribuindo com a alienação.

Outrossim, as possibilidades que a dimensão educativa traz para o trabalho com famílias no SUAS, pôde ser interpretado principalmente diante do estímulo à visão crítica dos usuários, e a partir disso realizar ações socioeducativas que podem fomentar a emancipação política e o enfrentamento às formas de alienação. Dessa forma, desenvolver o combate ao familismo e mobilizar a sociedade para que pressionem os equipamentos e o Estado a fim de buscar trabalhos e políticas sociais que sejam voltadas para a centralidade na participação popular e que não centralizam a família como causa e solução das expressões da “questão social”.

## CONCLUSÃO

Iniciaremos a conclusão desse trabalho resgatando o objetivo geral que delimitamos, qual seja: Identificar a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais com famílias, na produção científica, a fim de construir estratégias de enfrentamento ao familismo. Ao longo do trabalho nos propomos a 1) refletir sobre as dimensões constitutivas do trabalho de assistentes sociais a fim de delimitar a dimensão educativa/pedagógica, (2) ponderar sobre o trabalho profissional de assistentes sociais com famílias no SUAS a fim de identificar seus limites e possibilidades e (3) analisar os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022 a fim de identificar como a dimensão educativa/pedagógica é apresentada.

A dimensão educativa/pedagógica do Serviço Social, foi entendida com a capacidade de assistentes sociais de divulgar informações, orientar e estimular o pensamento crítico, sobre a realidade dos usuários e suas famílias, ou até mesmo da equipe técnica e impulsionar que esses sujeitos tenham uma visão crítica da realidade. Ademais, a dimensão educativa precisa ser acionada de forma consciente e a profissional deve estar ancorada pelo PEP e comprometida com a formação continuada, para que sejam alcançados os seus objetos.

Durante o trabalho constatamos que não é possível que a dimensão educativa seja acionada para construir estratégias que estejam em consonância com o PEP se essa não estiver interligada as *dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica*, mais ainda, vimos que não é possível exercer o trabalho profissional sem essas dimensões, que a diferença está na consciência e apropriação que a profissional terá do acionamento de todas as quatro dimensões.

Dessa forma, partimos para a atuação profissional de assistentes sociais, mais especificamente de assistentes sociais que realizam um trabalho com famílias no SUAS, e que se ancoram no PEP. Entendemos que um dos principais limites para o exercício do trabalho profissional é a condição de trabalhador assalariado, outro desafio que se faz no cotidiano profissional diz respeito à própria estrutura dos equipamentos, das condições de trabalho e das ferramentas, como a PNAS, que concluímos ter em suas própria estrutura o familismo como forma de “lidar” com as expressões da “questão social” que afetam as famílias.

Sendo assim, refletimos que as assistentes sociais precisam ter estratégias, e podem acionar a dimensão educativa para construir essas estratégias de enfrentamento às condições, ou a falta delas. Contudo a materialização dessa dimensão no trabalho com famílias, e ainda mais especificamente no SUAS, por assistentes sociais, ainda é uma questão que precisa de mais atenção da profissão. Uma vez que pode-se observar que todos os autores que falam



sobre a dimensão a consideram importante, principalmente quando objetivamos contribuir com a emancipação política dos usuários, estudar e pesquisar sobre a dimensão educativa revela que ainda é um assunto pouco abordado em artigos da profissão.

Por isso, a partir da busca apenas pelos anais do CBAS de 2022, se faz muito frágil a análise de como as assistentes sociais têm materializado tal dimensão, e até mesmo o que a maior parte da profissão entende da dimensão pedagógica. Mais uma vez, se faz preciso destacar a importância que é acionar essa dimensão de forma consciente, lembrando que ela é regida pela moral, valores e princípios que as assistentes sociais carregam.

Por fim, consideramos que não podemos afirmar se assistentes sociais se apropriam da dimensão pedagógica no trabalho com famílias, a fim de construir estratégias de enfrentamento ao familismo. Porém, a importância dessa dimensão no combate ao familismo fica bem nítida. Sendo também possível construir estratégias para materializar essa dimensão nos atendimentos com usuários e no cotidiano com a equipe multidisciplinar. Ademais, o trabalho aponta a necessidade que se tem de pesquisas sobre esse tema na profissão.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In Cadernos ABESS n. 07. São Paulo, Cortez Editora, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2024). Nota pública do CFESS contra a fragmentação da política de assistência social Defesa da Seguridade Social ampliada é histórica bandeira de luta da profissão. Recuperado de <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2036>

COSTA, Igor Araújo Barreiros. A dimensão pedagógica no trabalho de assistentes sociais: prática profissional e tendências pedagógicas. 2021. 75 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

De Lima Souza, T.; Emanuely Da Silva, S. As Competências E Atribuições Privativas Do Assistente Social : Reflexões A Partir Das Experiências De Estágio No Centro De Referência De Assistência Social. Revista Serviço Social em Perspectiva, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 110–126, 2020. DOI: 10.46551/rssp.202018. Disponível em: [https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2451]. Acesso em: 28 set. 2023.

DE OLIVEIRA CARVALHO, Poliana; TEIXEIRA, Solange Maria. Dimensão pedagógica da intervenção profissional no trabalho com famílias. O Social em Questão, v. 21, n. 43, p. 303-324, 2019.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf> . Acesso em: 14 de jan de 2024.

DOS SANTOS, Rafael Gonçalves; PIANA, Maria Cristina. Dimensão educativa, Covid-19 e serviço social: desafios contemporâneos. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 21, n. 51, p. 70-82, 2023.

FRANCISCO, ERICA APARECIDA DOS SANTOS. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-70.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e política social, v. 4, p. 53-63, 2000.

HORST, Claudio H. Miranda. Família, Marxismo e Serviço Social. Desvendando o. [<https://karinzuconelli.jusbrasil.com.br/artigos/475127454/evolucao-e-principiosdo-direito-de-familia> >]. Acesso em: 20 abr 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Cortez Editora, 2022.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Ana Paula; SANTOS, Ricardo. Serviço Social: Profissão Educativa E Pedagógica. Cadernos de Serviço Social, v. 12, n. 1, p. 78-92, 2022..

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. Cortez Editora, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. 2015.

MORAES, Patricia Maccarini et al. Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. 2020.

MOSER, Liliane; MULINARI, Bruna Aparecida Pavoski. PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA: o caráter familista da política social no Brasil. 2017.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N° 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005. [<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/#>]

OLIVEIRA, Carlos Alberto; PEREIRA, Ana Luiza. Trabalho Socioeducativo Desenvolvido No CRAS Do Sul De Minas Gerais: Execução E Retorno Das Atividades Na Pandemia. Revista de Serviço Social do CRAS, v. 8, n. 3, p. 112-128, 2023.

OLIVEIRA, Lucimara Domingues de. Implicações da Prova Brasil na Formação Continuada de Professores: uma análise da rede municipal de ensino de Florianópolis 6 (2005-2010). 2011. 181p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, Renata Souza; COSTA, Pedro Henrique. A Dimensão Socioeducativa Do Serviço Social No Acolhimento De Crianças E Adolescentes Vítimas De Violência Sexual No Conselho Tutelar De Macaíba/RN. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 102-118, 2024

PINELLI, Laís Vieira. A dimensão educativa no Serviço Social: uma análise a partir do exercício profissional. 2017. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017

SILVA, Joana Pereira; SANTOS, Maria Oliveira. Atendimento a situações de violência contra pessoas trans: possibilidades para o exercício da dimensão educativa do serviço social. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2022.

SILVA, João Carlos; OLIVEIRA, Maria Eduarda. Comunicação Como Um Direito: A Dimensão Pedagógica Do Trabalho Do Assistente Social Na Área Da Comunicação. *Revista de Comunicação e Serviço Social*, v. 7, n. 2, p. 45-60, 2023.

SILVA, Patrícia Oliveira; COSTA, José Santos. Reflexões Sobre O Trabalho Social Com Famílias No Âmbito Do Serviço De Proteção E Atendimento Integral À Família – PAIF E O Direito À Convivência Familiar E Comunitária. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 15, n. 4, p. 210-225, 2024.